



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 13 DE MAIO DE 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada

21109

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) - Boa noite. Pontualmente, às 19h30, quero começar em respeito a todos vocês que chegaram no horário. Para quem não me conhece, eu sou a Vereadora Marina Bragante, da Rede Sustentabilidade. Estou no meu primeiro mandato, e esta é a 1ª audiência pública formal que vou conduzir. Então, fiquem comigo.

Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública do ano de 2025, conforme requerimento nº 01/2025, de minha autoria.

Informo que essa reunião está sendo transmitida, ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparência/auditorios-online/, pelo Youtube no canal da TV Câmara São Paulo; e no Facebook da Câmara Municipal de São Paulo. Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 7 de maio no *Diário Oficial da Cidade*.

As inscrições para pronunciamentos foram abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/ e também podem ser feitas neste momento junto à Secretaria da Comissão. Se você quiser falar, por favor, deixe o seu nome para podermos ter uma lista dos inscritos.

Foram convidados e convidadas para esta audiência o Secretário de Cultura, José Antônio Totó Parente; a Secretária-Adjunta de SMUL, Julia Maia Jereissati; a coordenadora do Departamento do Patrimônio Histórico, Marília Alves Barbour; o Presidente do Conpresp, Ricardo Ferrari Nogueira; o Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Dr. Paulo Sérgio de Oliveira e Costa; Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da capital, Dr. Marcus Vinícius Monteiro dos Santos; Promotoria de Habitação e Urbanismo, Roberto Luís de Oliveira Pimentel; a Defensora Pública Geral, Dra. Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho; Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Camila Moreno de Camargo; o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Raquel Furtado Schenkman Contier; a OAB São Paulo, Presidente da Comissão de Direito Urbanístico, Mariana Chiesa Gouveia Nascimento; a Profa. Emérita Nadia Someck, da FAU Mackenzie e atualmente conselheira do Iphan; a AMJA - Associação dos Moradores e Comerciantes na Rua Joaquim Antunes, Sra. Denise Helena Monteiro de Barros

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 2 DE 57

fls. 6

Carollo; e a Associação dos Moradores e Comerciantes da Rua Mateus Grow, Sra. Marjorie Imae; e os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. E, claramente, o público em geral, que é absolutamente bem-vindo. Se você quiser ser citado ou citar a organização que representa, por favor, apresente-se na Secretaria para garantirmos que todo mundo seja reconhecido.

Contamos com a presença da Vereadora Cris Monteiro, que hoje está doente, mas fez questão de participar, está conosco virtualmente. Boa noite, Cris, bem-vinda.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Boa noite, Marina.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) - A Maria, que é assessora da Cris, está aqui presente. E quero agradecer, em especial, aos alunos da Gestão Ambiental da USP Leste. Obrigada, gente. (Palmas)

Acho que vamos compor a Mesa, depois eu faço a minha fala, para eu não ficar aqui sozinha, porque gosto de gente ao meu redor. (Risos) Se algum dos convidados chegar, vão me avisando. Por hora, sei que está aqui a Profa. Nadia Someck. Se a senhora puder, por favor, venha compor a Mesa, bem-vinda; a Sra. Mariana Chiesa, Presidente da Comissão de Direito Urbanístico; o Presidente do Conpresp, Ricardo Ferrari. Camila e a Raquel ainda não chegaram. Por favor, Marjorie Imae, bem-vinda. (Palmas)

Eu quero agradecer a presença do Gustavo e do Luca, assessores da Vereadora Janaina Paschoal, obrigada. (Palmas)

Como é que nós pensamos esta audiência? Eu vou fazer uma fala rápida para contar por que achei importante chamar esta audiência, depois, cada uma das pessoas da Mesa terá uma fala, e então abrimos a palavra para que todo mundo possa contribuir, compartilhar sua perspectiva. Por isso, reforço, se quiserem falar, registrem seu nome na secretaria para podermos ter uma lista certinha.

Preparamos um PowerPoint, vamos nos conectar, mas vou começar a minha fala e daí coloquem o PowerPoint. Não é nada, é só porque tem gente que é mais visual, tem gente que funciona melhor escutando, tentamos então garantir que todo mundo saia daqui entendendo o porquê propusemos essa audiência.

Eu tenho uma série de pessoas para citar, vou intercalando para não citar todo mundo ao mesmo tempo. Está bom?

É com grande responsabilidade, senso de urgência que damos início a essa audiência pública. Hoje, estamos reunidos não apenas para debater a situação específica do Quadrilátero Vilas do Sol, mas para refletirmos sobre um tema muito amplo: que projeto de cidade queremos construir para São Paulo.

A exclusão de imóveis de conjunto urbano do tombamento do Quadrilátero Vilas do Sol, realizada sem estudos técnicos do Departamento de Patrimônio Histórico - DPH, levanta questões fundamentais sobre o papel dos órgãos de preservação, sobre os processos de escuta e participação da sociedade e, principalmente, sobre o equilíbrio entre o crescimento urbano, qualidade de vida e memória histórica da nossa Cidade. Não se trata de sermos contra o desenvolvimento e nem ao adensamento, ao contrário, queremos discutir que tipo de desenvolvimento São Paulo precisa: um desenvolvimento que respeite a história, que seja ambientalmente responsável, que enfrente o déficit habitacional sem apagar a memória dos bairros e que promova justiça social. Preservar o patrimônio não é um capricho, é uma escolha sustentável. Quando mantemos e reutilizamos edificações históricas, reduzimos a demanda por novas construções, economizamos recursos naturais e evitamos toneladas de entulhos e emissões associadas às demolições e novas obras. A preservação também ativa memórias, vínculos afetivos e fortalece a identidade dos territórios, reconhecendo o tecido social tão fundamental para a construção de uma cidade. O tombamento cumpre a função social no sentido de proteger o valor intrínseco do bem ambiental cultural que se pretende preservar. A preocupação em preservar está associada à consciência da importância da diversidade, seja a biodiversidade, seja a diversidade cultural para a sobrevivência da humanidade. A relevância da preservação do patrimônio cultural como meio de proteção ambiental, em sentido amplo, pressupõe também a ampliação do conceito de cidadania, o que implica no reconhecimento dos direitos culturais de diferentes grupos que compõem a nossa sociedade, entre eles, o direito à memória, o acesso à cultura e à liberdade de criar, como também o reconhecimento de que

produzir e consumir cultura são fatores fundamentais para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo per si como integrante da coletividade.

A verticalização é um fato desde o PDE - Plano Diretor de 2014, pautado no conceito de adensar e verticalizar a Cidade nas áreas de influência das estações de metrô e corredores de ônibus. Essa foi uma escolha da nossa Cidade, mas a delimitação sem planejamento das áreas de influência dos eixos vem causando a demolição gradual da cidade nos territórios, extinguindo um tecido social rico e culturalmente construído, que faz a beleza, a vitalidade econômica e a ambiência de bairros incluídos dentro desses limites. O foco de expansão está nos eixos, mas a destruição de vilas e a não destinação de HIS são uma opção. Não há controle na destinação de HIS, não há zelo com a memória histórica, com a dimensão mais importante da vida de uma cidade, que é comunitária e afetiva. E esse é um problema, essa é a nossa questão.

O princípio de inclusão social estabelecido no PDE deveria ser a base das novas edificações para ampliar a oferta de habitação de interesse social e de mercado popular, além de aproximar as populações carentes dos locais de trabalho, cidade compacta.

Mas é subvertido pela realidade dos grandes centros urbanos, cedendo espaço para a construção de prédios de alto padrão, que vem promovendo a gentrificação e a expulsão das classes médias que viviam nesses territórios. Além dessa dimensão, amplia o conceito de patrimônio na legislação, compreendido como instrumento da preservação, valorização, porque está a salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico, doravante definidos como patrimônio cultural, podendo se configurar como elementos construídos, edificações e as suas respectivas áreas e lotes, conjunto arquitetônico, sítios urbanos e rurais, sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos, templos religiosos, elementos paisagísticos, conjuntos urbanos, espaços e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial e a uso de valores socialmente atribuído.

O Plano Diretor traz as Zepecs abarcando o sentido de preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais para ampliar a proteção, articulação e dinamização de espaços

culturais, afetivos e simbólicos de grande importância para a memória, identidade e vida cultural. O PDE cria o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, polos de economia criativa e os Territórios de Interesse de Cultura e Paisagem, os TICPs, pretendendo com esses instrumentos desenhar o patrimônio não mais simplesmente como artefato simbólico de um período, mas como elemento integrante de um conjunto do ambiente formado, representando uma história, a nossa história. Ou seja, não existe necessariamente dicotomia no espírito da lei, é possível uma cidade equilibrada. São previstos ainda incentivos para o tombamento, a TDC - Transferência do Direito de Construir, que se baseia no direito que todo proprietário de terreno tem de construir um imóvel com a mesma área desse terreno. Ou seja, em um terreno de 1.000 m², é possível construir uma casa ou edifício de até 1.000 m², sem pagar nenhuma taxa à Prefeitura. O pagamento da taxa só ocorre para construir mais do que o equivalente à área do terreno. Como proprietário de um bem tombado geralmente tem limitações para construir em seu lote, pode vender seu direito de construir para, por exemplo, uma construtora erguer prédios em local sem esse tipo de restrição. O valor obtido com essa transação deve ser usado na conservação do imóvel tombado. Também visando o incentivo à conservação dos seus imóveis, os proprietários de bens tombados localizados no Centro, que realizarem obras de restauro nos seus imóveis, podem se beneficiar da isenção do IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, por até 10 anos. O benefício é previsto pela lei nº 12.350/97, conhecida como Lei das Fachadas, e regulamentada pelo decreto nº 37.302/ 98. Ou seja, é possível pensar São Paulo de forma sistêmica.

Mas vamos voltar aos territórios. Há múltiplos conflitos urbanísticos e impactos ambientais e de vizinhança nos eixos de desenvolvimento nas estações do metrô, especialmente quando há presença de nascentes e córregos, como é o caso da Praça das Nascentes, na Pompeia, dos córregos Saracura, na Bela Vista; do Sapateiro, na Vila Mariana, além de impactos como assoreamento do Córrego das Corujas, na Vila Madalena.

Em distritos como Pinheiros há uma questão histórica, que é a redução da população na última década. Mesmo com o crescimento de lançamentos imobiliários, os dados do censo

IBGE mostram uma queda populacional entre 2010 e 2022, e a queda é ainda maior no alto de Pinheiros. Isso demonstra que não basta construir mais, é preciso construir com propósito, com inclusão e com planejamento. E é justamente esse o ponto que nos leva ao debate da preservação. Outros bairros também enfrentam situações semelhantes: Jardins, Barra Funda, Vila Mariana, Penha, entre outros. A cidade é grande, diversa e complexa, como todos nós sabemos. Todos esses bairros são atravessados por disputas em torno de tombamentos e seus impactos. Esses processos precisam ser transparentes, participativos e sempre acompanhados de estudos técnicos, sob pena de comprometermos não só a paisagem urbana, mas também o futuro da nossa Cidade. No caso específico da Penha, o tombamento compreende a definição na planta de São Paulo de 1897, que abarca 3 imóveis já tombados: 2 escolas e a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, bem como a igreja Nossa Senhora da Penha, estabelecida no século 17, a Basílica da Penha, dos anos 1950, e um casario antigo composto por 12 móveis e uma vila de casinhas. Também fica protegida uma malha viária remanescente do traçado original do antigo ramal ferroviário da Central do Brasil, que acessava a Freguesia. Além disso, a decisão estabeleceu regras para novas construções nos limites da área tombada, visando proteger as características históricas da região, e ainda foram delimitadas três áreas com potencial arqueológico.

Pois bem. Os comerciantes alegam que esse tombamento limita o desenvolvimento da região. Mas não é possível que as capitais mundiais tenham suas memórias preservadas e estejam há anos luz do desenvolvimento econômico, turístico e cultural de São Paulo? Não é possível haver essa dicotomia. É, de fato, preciso encontrar equilíbrio nas nossas ações. Temos bons exemplos no Brasil: São Luís do Maranhão, Salvador, Recife são cidades que estão ressignificando os seus centros históricos com políticas de preservação articuladas à moradia social e ao uso popular do espaço urbano.

É possível, sim, cuidar do patrimônio histórico ao mesmo tempo em que se promove a inclusão e se garante o direito à cidade, como o Maranhão, por exemplo, com o programa Nosso Centro. O objetivo do programa é coordenar as ações do governo do Maranhão na zona

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 7 DE 57

central de São Luís, o que inclui a execução dos programas Adote um Casarão, Habilitar no Centro e Cheque Minha Casa. O Programa Nosso Centro ampliou os limites de atuação do Adote um Casarão para toda a região da zona central de São Luís.

Minas Gerais tem o exemplo de isenção do IPTU. Podem ser isentos do IPTU os bens culturais com tombamento definitivo, desde que confirmado seu bom estado de conservação, estabelecido pela legislação municipal. Tem transferência do direito de construir, leis de incentivo, Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, medidas compensatórias ou contrapartidas do CDPCM de BH.

Eu não vou ler todos os projetos, mas quem quiser ter acesso depois a gente pode compartilhar.

Tem o Programa Adote um Bem Cultural, adotante e adotado, programa pioneiro em Minas Gerais, que objetiva incentivar a parceria entre poder público e iniciativa privada na restauração, conservação, salvaguarda e promoção dos bens culturais.

Em Recife, tem árvores tombadas: baobás, mangueiras, gameleiras são algumas das 54 árvores tombadas no Recife desde 1979, 46 anos. Uma comissão composta por funcionários da prefeitura analisa os pedidos de tombamento, que devem ser enviados por ofício à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Município. O tombamento é um instrumento de preservação de espécimes vegetais de porte arbóreo, significativos do contexto urbano por sua localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes.

Bahia é o terceiro estado com maior número de bens tombados e em processo de tombamento no Brasil. O levantamento aponta que o estado soma 245 bens nessa modalidade, que inclui complexos arqueológicos, edificações, acervos documentais e arquitetônicos. A Bahia só fica atrás do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, e também tem desafios para lidar com isso.

São Paulo precisa dessa visão integrada, que reconheça a história como aliada do futuro, que compreenda o patrimônio não como obstáculo, mas como ferramenta de regeneração urbana, ambiental e social, e que assegure que decisões que impactam o tecido urbano passem por debates como esse, com transparência e participação. Que esta audiência seja, portanto,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 12

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 8 DE 57

um espaço para firmar o nosso compromisso com uma cidade mais justa, inclusiva e com memória.

Vou chamar para a mesa a Rachel, que já veio. Obrigada, Raquel.

Vou anunciar então a Lucila Lacreta, do Movimento Defenda São Paulo; Solange Melendes, do Amigos da Cidade Jardim; Sueli Cordoni, da Associação Amigos do Jardim das Bandeiras; Roseli Cordoni também; João Moreirão, do Conselho Municipal; Laurita Sales, do Conselho Municipal também.

Agradeço a presença da Danielle Santana, do IAB São Paulo e do IAB Rio de Janeiro; da Rossela Rosseto, da assessoria do Nabil; da assessoria do Vereador Toninho Vespoli; e a presença do Fabio Renzo, assessoria do Vereador Eliseu Gabriel.

A gente pensou em passar a palavra primeiro para a Professora Nadia, que já tinha nos avisado que não pode ficar até o final, e a ideia é que ela possa dar um cenário para a gente poder caminhar.

Eu vou pedir só que a gente faça um exercício que não tem sido muito frequente em ambientes políticos no nosso País, que é o de escuta ativa. Que a gente possa escutar sem querer já rebater o que o outro está falando. E que a gente relembre que somos todos adultos, e respeitar o diferente é muito importante, serve como exemplo para a gente e para a sociedade toda. Então que a gente possa fazer uma audiência que discute, que enfrenta o controverso, mas que continua respeitando quem está aqui.

Obrigada.

Professora, a palavra está com a senhora. (Palmas)

A SRA. NADIA SOMECK - Boa noite a todas, todos e “todes”, não é? Agradeço à Vereadora Marina Bragante o convite e à Adriana Palheta - cadê a Adriana? -, que fez o convite. Obrigada, Adriana.

Eu estou muito satisfeita de estar aqui, de volta à cena pública. Fiquei quase um ano afastada, mas estou muito satisfeita e espero poder contribuir com aquilo que a Vereadora falou. É possível ter desenvolvimento com proteção ao patrimônio histórico. Há anos a gente defende

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 9 DE 57

isso. A Danielle fez uma pesquisa na Cogep e descobriu um texto que eu escrevi - gente, vocês vão me tombar depois disso -, em 1976, dizendo que tem que preservar o patrimônio e desenvolver a Cidade. Não é, Danielle? Então faz quase 49 anos. Ano que vem pode me tombar. Mas enfim, o que a Vereadora falou é possível participação e com estudos técnicos.

E aqui eu coloco essa questão que vocês todos sabem, mas eu vou colocar aqui para todos nós. Nossa sociedade não valoriza a história e a memória. É isso que a gente está constatando. Por quê? Por quê? Porque a Cidade é jovem, São Paulo é do século 20, composta com um cadinho de imigrantes e com uma identidade vertical, ou seja, destrói o patrimônio. Faz parte da nossa identidade. A Maria Adélia escreveu um livro, *A Identidade da Metrópole*. A verticalização é a nossa identidade, então a gente acha que tem que demolir tudo. Não é de hoje que a verticalização é elitista também. Eu sou sua pesquisadora da verticalização e, desde 1957, a legislação exclui os mais pobres dos apartamentos. Não vou entrar nisso. Quem quiser, eu tenho livros, textos sobre isso, os estudantes podem... A legislação, desde 1957, é elitista.

O que aconteceu com a Cidade? Foi tudo para a periferia, nos loteamentos, e hoje a gente tem seis milhões. E a gente, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, defende a ATHIS, defende a Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social, porque não dá para construir para todo mundo. No Brasil são 25 milhões de moradias precárias. Não dá para fazer 25 milhões de novas moradias, então a gente tem que melhorar. E o Conselho, de que eu fui presidente até dois anos atrás, tem recursos, mas precisa de uma política nacional, o que não está acontecendo.

Mas, enfim, deixemos o Brasil de lado, vamos pensar em São Paulo.

Eu escrevi um artigo sobre a Vila Operária João Migliari no dia seguinte que a *Folha* publicou a possível decisão do Conpresp. Meu companheiro aqui, eu fui presidente do Conpresp, diretora do DPH, e a nossa Raquel também foi diretora do DPH. A decisão, possível decisão do Conpresp de destombar o pouco que resta da Vila. Mande para a *Folha*, a *Folha* não publicou. E o que dizia nesse artigo? Primeiro, destombar, eu não sei, inventaram esse destombamento. Não existe, destombamento não existe. (Palmas)

Não é Raquel? (Ininteligível) confirmar (Ininteligível) do Conpresp também.

Então o que eu falei nesse artigo e repito, porque acho que é nosso caso, é uma coisa genérica. Repito que inclusive o poder público está empenhado em destruir e apagar nossa memória, em vez de protegê-la. Que poder público é esse? A Vila foi tombada em 2023, após ter sido quase destruída.

Aliás, a demolição em São Paulo é um ato sumário, que independe de projeto, então a gente demole e não diz o que vai colocar no lugar. Não dá. Isso é um problema que a Câmara teria que pensar. Essa legislação foi aprovada desde 2017 e pode ser realizada em 30 dias. O destombamento não existe como figura legal e atende ao quê? A uma lógica de mercado. Será que o objetivo é acabar com tudo o que nos é caro? Coloco isso para vocês. Na Câmara Municipal há uma disputa para compor o Conpresp. E eu vi no jornal que os vereadores estão preocupados com a questão do zoneamento. No Conpresp a gente não está preocupada com a questão do zoneamento. A gente está preocupada com a proteção do patrimônio histórico. (Palmas) É isso que o Conpresp...

Oi, Carlos.

Então eu quero reiterar algo que a nossa Vereadora falou e que a gente defende. Nós temos um grupo no IAB, a Danielle, nossa presidente, está aqui. Eu estive sábado com o grupo IAB Patrimônio. Andrea Torin também é do grupo. A gente defende que o patrimônio histórico não é entrave. É uma falsa noção. O artigo que eu escrevi chamava *O Espectro Fantasma do Tombamento*. As pessoas têm medo do tombamento porque elas não entendem que o tombamento é para proteger e para desenvolver, não é para congelar. É possível compor, então dá para compor a história e projetar o futuro através do contemporâneo, gerando e reforçando nossa identidade. Então tombamento não impede desenvolvimento, desde que os interessados, a população, sejam ouvidos.

A aproximação ao território é um desafio. Quando a gente vê conselhos, participação, como é que é feita a participação? É coisa geral, é conselho. Não. A participação tem que estar ancorada no território e tem que dar voz à população, porque é isso que faz com que... (Palmas)

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 11 DE 57

No IPHAN eu vejo as coisas... Eu fiquei muito contente de ser convidada representando a sociedade civil no conselho do IPHAN, que é o órgão nacional. E, lá no IPHAN, se não tem âncora participativa a gente não tomba. Tem um estudo técnico, o Depam faz o estudo técnico, mas o que dá aquele *plus*, aquela força para a gente poder aprovar o tombamento é o desejo da população de preservar e manter, porque não basta preservar. O que a gente vê? Preserva e cai. Não. Preserva, tem que ter recurso; preserva, tem que compartilhar aquilo que possa dar sustentabilidade ao patrimônio histórico.

Os conselhos nem sempre estão ancorados no território, é uma coisa genérica. E o processo participativo precisa ser vinculado ao território. Com a inteligência artificial a gente está desterritorializado, parece que a gente está na nuvem. Não, tem que ancorar, vamos ancorar na nuvem e...

O que a gente tem visto, eu tenho defendido em artigos que eu escrevi, é que estamos vivenciando um urbanismo corporativo: privatizações, concessões, isenções sem vínculo com redistribuição de renda. Isso está concentrando, está piorando a nossa vida. Mas como eu sou uma pessoa muito pragmática, eu sou uma pesquisadora, produtividade, CNPq, uma acadêmica, mas eu sou muito pragmática.

Apesar de eu estar desenvolvendo esse urbanismo corporativo, eu quero saber quais são as saídas. Não basta ficar refletindo. A reflexão que eu trago para vocês é também um pouco a reflexão de qual saída a gente tem? O que a gente pode fazer? Não basta só criticar. Não basta só impedir o desenvolvimento. O que a gente faz?

A gente pode sair do urbanismo corporativo para o urbanismo cooperativo, a cooperação em "athis". Nós temos também a fábrica de restauro, a jornada do patrimônio que foi criada quando o Nabil Bonduki era Secretário - estou vendo a Rossela aqui. Nós criamos, em 2015, a Jornada do Patrimônio que serve para a população valorizar o seu patrimônio.

A nossa assessora de comunicação falava assim: quem não conhece, não valoriza. Então está aí o Carlos Beutel, que faz as Rodadas Noturnas para o conhecimento. A Jornada do Patrimônio é também uma forma de valorizar e de conhecer nosso patrimônio.

A Jornada do Patrimônio é saída e uma capacitação para o patrimônio para os Vereadores. Eles querem compor o Conpresp? Não é para discutir zoneamento. Parece que já tem um Secretário que está representando a Câmara. Mas quem vai compor o Conselho precisa ter um certo conhecimento técnico e precisa ter uma âncora, ouvir.

O que a gente fez foi abrir o Conpresp que era fechado. Quando eu era presidente, nós abrimos para a população poder se manifestar. A gente levava muita bordoadada. Não foi fácil, mas é o jeito de fazer o que a nossa Vereadora falou: o diálogo. Eu estou vendo esta mesa, se foi convidado é para dialogar. Nós estamos aqui para dialogar. Não é fácil, mas é a forma para podermos evoluir.

Então, o diálogo, a capacitação para os Vereadores e diria mais a capacitação para os eleitores. A gente precisa capacitar os eleitores. O Instituto de Estudos Avançados fez um dossiê, que vocês devem ter conhecimento, para os candidatos.

Então, quem não leu ainda, eu acho que pode ler. Tem vários artigos que falam do que um candidato a prefeito e vereador tem que saber, sobre quais são as saídas possíveis. É claro que eu não vou esgotar aqui, mas dar voz ao povo.

Sábado passado a gente estava discutindo, no grupo que a Daniele coordena, as áreas envoltórias. Eu pedi à Raquel, uma oitiva no escritório técnico de gestão compartilhada, porque as áreas envoltórias podem ter um projeto de preservação, obtenção de recursos e diálogo para poder valorizar os bens de São Paulo.

Então, há saídas. Há saídas possíveis. O diálogo é superimportante e, mais do que nunca, gente, dar voz ao povo para construção da nossa identidade. Sem o povo nós não temos identidade. Espero ter contribuído.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Muito obrigada, professora. Fique à vontade, para quando a senhora tiver de sair. Já comuniquei aos demais.

Deixa eu ver quem está na ordem. Vou passar a palavra.

A gente tinha pensado um tempo de cinco minutos, para cada um que está na mesa.

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 13 DE 57

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – A senhora teve o dobro para a gente poder abrir. Agora a população vai participar.

Então vou passar a palavra para a Sra. Marjorie Imae, da AMATEUS - Associação de Moradores e Comerciantes da Rua Mateus Grou. Cinco minutos, pode ser?

A SRA. MARJORIE IMAE - Boa noite, pessoal. Primeiro agradeço à Vereadora Marina pelo convite, pela oportunidade de a gente estar na Comissão de Política Urbana. Eu sou Marjorie Imae, Presidente da AMATEUS, uma associação de moradores de Pinheiros e também do Pró-Pinheiros, um movimento de ativismo urbano.

Hoje, a gente está aqui para tentar reparar uma decisão equivocada que foi tomada com base em análises superficiais, que ignoraram não apenas a importância cultural, ambiental e histórica da Vilas do Sol, mas também a nossa voz como sociedade civil. Como a professora Nádia Someck estava falando, a gente clama pela proteção do nosso patrimônio.

Queremos dialogar com esta mesa, com as pessoas responsáveis nos cargos e nas instituições que representam.

O pedido do tombamento do Vilas do Sol foi tratado de uma forma muito superficial. Os pareceres técnicos do DPH não foram realizados. Não houve nenhum estudo robusto sobre o nosso caso e sobre vários casos que foram sucessivamente arquivados. A gente está vendo uma máquina de arquivamentos de tombamento. Isso não pode acontecer dessa forma, porque senão a nossa história, a nossa memória será enterrada.

A análise, considerou, no nosso caso, apenas o interesse do mercado imobiliário. Isso é inaceitável. Numa casa onde se discute o patrimônio histórico, onde se discute a cultura, é inaceitável ouvir só o mercado imobiliário.

O Ministério Público emitiu um parecer incompleto sem solicitar o levantamento de documentação técnica, que é muito importante.

Por fim, essa decisão prejudicou a sociedade ao ignorar os aspectos da ambiência cultural que tornam Vilas do Sol um verdadeiro bem coletivo.

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 14 DE 57

Devemos lembrar que tomar um patrimônio como as Vilas do Sol, não é sobre não valorizar o progresso - como a professora estava falando -, mas é valorizar o progresso e proteger a nossa memória, proteger a nossa história, o nosso futuro.

Aqui tem várias pessoas de gestão ambiental.

Como vai ser o nosso futuro se tudo virar prédios de 30 andares espelhados? E a gente sem ar para respirar, para passear pela cidade. Como vai ser isso?

A gente tem de lutar para garantir um espaço bacana para viver. Uma cidade agradável para morar. E isso não é só negócio, nem só mercado imobiliário.

O tombamento assegura equilíbrio urbano, resguarda pontos de identidade coletiva e combate a perda da paisagem do tecido urbano da região, a sua história e a sua memória. A decisão de excluir do nosso tombamento do Quadrilátero Vilas do Sol alguns imóveis, foi um erro, foi um erro. Agora, nesta Comissão, com o apoio de vocês, a gente pode ter uma chance de tentar corrigir esse erro. É o que a gente está pedindo.

E faço um apelo para os cargos, para as pessoas presentes, assim como para os que não estão, como para o Secretário José Antônio Totó Parente, que tem um papel essencial de ser a voz que protege a nossa cultura, a nossa memória.

Esse tombamento, como vários outros que a gente presenciou e foram arquivados na cidade, deve ser um compromisso com a preservação da história de São Paulo.

Para a Dra. Marília Alves Barbour, do DPH - acho que não está aqui - o Departamento do Patrimônio deve ser técnico, imparcial. Solicitamos que o DPH produza as análises de mérito e profundidade que sempre foram procedimentos regulares da casa. Por que no nosso caso, por que nessa onda esses documentos sumiram? A gente precisa dessa avaliação técnica. É correta. É justa. A gente tem que exigir isso. Os documentos faltaram no nosso processo inicial. Isso prejudicou a gente.

Para o Ricardo Ferrari Nogueira, Presidente do Conpresp, que está presente, considerando a legitimidade do pedido de tombamento, que foi um pedido da nossa comunidade - olha quanta gente está aqui - é uma verdade. O que a gente está pedindo é legítimo, é real.

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 15 DE 57

Considerando esse pedido... Vocês visitaram Quadrilátero, viram o que a gente está pedindo para preservar. A gente tem uma vida ali, uma vida comunitária, um espaço coletivo.

Na reunião do Conpresp, em novembro de 2023, a gente teve a unanimidade do Conselho de garantir o nosso tombamento integral. Mas isso mudou. Não sei como que isso se perdeu no meio do caminho.

Então nós solicitamos, Ricardo, que você, como Presidente, reveja as exclusões feitas no pedido de tombamento sem o devido respaldo técnico que também sempre foi apresentado como padrão da casa.

Se vocês analisarem os processos anteriores e antigos de tombamento, eles sempre eram respaldados por um estudo técnico. Isso precisa voltar, porque assim é o correto.

E também que se respeitem os interesses da população. No caso, foi respeitado o interesse da construtora e do vizinho que não queria tomar. Nós, que temos 12 mil assinaturas, um bairro inteiro se mobilizando para tomar, não fomos ouvidos. Não fomos escutados.

Para o Dr. Marcus Vinícius Monteiro dos Santos e para o Dr. Roberto Luis de Oliveira Pimentel, enquanto representantes do Ministério Público, nós solicitamos a defesa dos interesses coletivos, cobrando e corrigindo as omissões técnicas, pedindo que protejam o direito coletivo de acesso à cidade, porque o tombamento do Vilas do Sol cumpre com esse papel.

Para todos os demais participantes desse nosso encontro, pedimos que nos ajudem a pressionar pelo desarquivamento imediato do tombamento. Vamos exigir um rigor técnico, defendendo um urbanismo alinhado à memória, à sustentabilidade e à qualidade de vida.

Nós estamos clamando pela responsabilidade de cada uma dessas pessoas que ocupam esses cargos, que têm essas funções e que devem ser coerentes com o propósito das instituições que representam, para que façam o seu papel, porque a gente não está pedindo nada de errado.

E, por fim, Vilas do Sol não é apenas um quadrilátero, é um símbolo vivo de urbanismo sustentável, de memória coletiva, de identidade cultural. Arquivar, engavetar esse tombamento desmembrado é condenar São Paulo a uma lógica de desenvolvimento que destrói

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 16 DE 57

a sua alma e avança em benefício de poucos. Isso não é certo.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Marjorie, vou pedir para concluir, por favor.

A SRA. MARJORIE IMAE - Excelentíssimos, o que os senhores decidirem hoje será lembrado no futuro. Serão lembrados como os responsáveis por proteger esse patrimônio ou por permitir a sua destruição.

Escolham escrever a história ao lado da sociedade, da justiça, da memória de São Paulo. Contamos com os senhores para corrigir essa injustiça e preservar o Quadrilátero Vilas do Sol. Nós não vamos nos calar e acreditamos que os senhores também não se calarão. Então a gente pede encarecidamente que desarquivem esse processo e que garantam para o Vilas do Sol o tombamento integral que nós todos merecemos.

Obrigada, pessoal, valeu.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Há 12 pessoas até agora inscritas. Vou só pedir para mesa regular o tempo, para todos compartilharem as suas perspectivas. Vou passar então, a palavra para o Presidente do Conpresp, o Sr. Ricardo Ferrari Nogueira. O senhor tem cinco minutos.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Obrigado, Vereadora Marina Bragante. Boa noite a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimenta-la pela iniciativa. Parabéns pelo mandato e por ter organizado a reunião. Cumprimento a Raquel, a Professora Marjorie, e todos aqueles com quem já tive oportunidade de conhecer nessa estrada que é o Conpresp. Sinceramente, é uma grande responsabilidade, grande aventura.

Eu só posso concordar com a professora. Só posso concordar com as suas colocações também, Marina, de que todos estão bem-intencionados e querem o melhor para a cidade. Eu acho que a lógica maniqueísta que é colocada, de “a” contra “b”, não é a funcionalidade que nós buscamos, especialmente porque nós respeitamos muito esta Casa de Leis. Respeitamos no sentido de dizer que o PDE de 2014 é que permite que toda essa mudança que está acontecendo na cidade de São Paulo, que teve um efeito de fazer com que todas as

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 17 DE 57

questões daquelas pessoas que estão buscando seus direitos e suas posições desaguem nesse órgão, que é um órgão administrativo, que não é menor nem maior do que qualquer outro, mas que respeita uma hierarquia das leis dentro de uma pirâmide que foi construída tal dispõe a Constituição Federal de 88.

Então, para quem é versado em Direito, - estou vendo que há aqui muitos estudantes, não sei que ano estão cursando na faculdade -, temos os temas da Constituição, temos a lei complementar, temos as leis ordinárias, temos os decretos, temos as normas inferiores, como portarias e resoluções, e temos o órgão administrativo. Então, nada do que é feito ali busca de qualquer maneira desrespeitar essa transformação que está acontecendo em São Paulo; e sim, na medida daquilo – como entende o colegiado, que é o Conpresp, formado por nove membros – que deve realmente ser preservado.

De qualquer maneira – e me refiro à Marjorie -, não vou discutir o caso concreto pelo simples motivo de que eu, como presidente, sou um voto dentre nove, e esse não é o fórum adequado para a gente discutir essa questão. Segundo ponto: quero fazer uma correção. O processo da Vilas do Sol não está arquivado, está em andamento, tanto que continua protegido em sua maioria - se eu não me engano, 95%. Então, acho que essa informação deveria ter sido retificada mesmo porque continua em estudo, e o DPH está fazendo o seu papel, está fazendo o seu trabalho.

Queria mencionar também que nessa proposta de trabalho que estamos tendo durante esse período de mandato, abrimos oportunidade para todos aqueles que queiram falar naquele foro tenham a voz e a possibilidade de serem ouvidos, tanto que instituímos fala de três pessoas aleatórias que vivem na cidade de São Paulo e querem contribuir com essa construção para que falem aleatoriamente dos seus problemas, daquilo que entendem como patrimônio.

Por exemplo, a Marjorie traz uma questão estrutural, um caso concreto, que é a questão de uma ambiência, de um local que está permeado de vias de comunicação estrutural, o que é uma verdade. E existem inúmeros prédios ao lado, ao redor, o que também é uma verdade, basta ver a foto do Google Earth. Quem quiser, abra seu computador e veja. Queiramos

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 18 DE 57

ou não, de alguma maneira vem-se respeitando a lei, vem-se respeitando o PDE.

Essa participação, então, é fraqueada para todos que querem ser ouvidos. Muitos de vocês estiveram lá, muitos de vocês fizeram sua manifestação, muitos de vocês tiveram a oportunidade, e é isso o que prezamos. A gente preza pela participação de todos e pela construção daquilo que a gente entende melhor para a cidade de São Paulo.

O Conpresp funciona com nove membros: cinco indicados pelo Governo, quatro pela sociedade civil. Inclusive, a conselheira Daniele está presente. Há também representantes da OAB, do CREA e da Câmara de Vereadores. Sendo um órgão plural, as pessoas pensam diferente. As pessoas têm toda a liberdade de expor suas posições de forma argumentativa e fundamentada, que é o que acontece na maioria das vezes, se não em 100% das vezes. E nós estamos muito tranquilos por estarmos tratando esse tema com muita tranquilidade e muita acuidade, porque o tombamento também é um instrumento muito delicado. Não é só uma questão de chegar à nossa porta de entrada aqueles que estudam direito e os interessados. A porta de entrada é para qualquer cidadão, que pode peticionar para indicar qualquer bem ou qualquer memória para ser tombada ou registrada nos nossos livros. É isso o que acontece.

O caso de Pinheiros não é um caso concreto, mas em geral, houve muitas manifestações a favor e contra. Você estava lá, você viu isso. Nós acreditamos que nós franqueamos a participação de todos para que eles pudessem expor suas posições.

Eu fico à disposição de todos naquilo que me for pertinente. Eu já disse: não vou entrar no caso concreto, não me cabe, seria um desrespeito aos outros oito que compõem comigo o Conselho. De qualquer maneira, está registrado nesta audiência pública pela Comissão, e se a Comissão também quiser oficializar o Conpresp, nós estamos à disposição. Obrigado pela oportunidade, fico à disposição de todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Acaba de chegar a Sra. Denise Helena Monteiro de Barros Carollo da Associação de Moradores e Comerciantes da Rua Joaquim Antunes – AMJA. Eu a convido a compor a Mesa.

Tem a palavra a Sra. Raquel Furtado Schenkman Contier, Presidente do Instituto dos

Arquitetos do Brasil.

A SRA. RAQUEL FURTADO SCHENKMAN CONTIER – Boa noite a todos e a todas.

Cumprimento a Vereadora, os meus colegas, o Presidente do Conpresp, a Mariana da Associação de Moradores e todos os demais que estão acompanhando a audiência, muitos dos quais já conheço bastante de vista, de muitos lugares na defesa pelo patrimônio desde muitos anos. É bom encontrar todo mundo reunido e ver que tem muita gente preocupada com o patrimônio cultural, que é um tema muito caro ao IAB, o Instituto de Arquitetos do Brasil, que é fundador dos três órgãos, nas três esferas, do patrimônio cultural. O IAB tem cadeira no IPHAN, no Condephaat, em São Paulo, como fundador, e também no Conpresp. Hoje estamos presentes com a Andréa Tourinho, nossa representante do IAB no Condephaat, e com a Danielle, nossa representante no Conpresp.

Quero lembrar que, além da preocupação com o patrimônio cultural no âmbito da cidade, o IAB entende que o desenvolvimento urbano funciona também com a salvaguarda das memórias da cultura e dos nossos bens culturais. A arquitetura tem o papel de transformar a cidade, mas também de preservar, reincluir, ressignificar, com as pessoas, esses lugares que são tão caros à vida de cada um; e também de se modificar ao longo do tempo.

O que a professora Nádia falou, eu repito: tombamento também não é congelamento. Esse instrumento é uma forma de, dentro da legislação, também acolher uma demanda que é complementar, está em equilíbrio com toda a legislação urbana. Então, não existe uma lei necessariamente superior, embora o patrimônio cultural também esteja previsto na nossa Constituição e seja um direito fundamental.

Não sou advogada, mas, como arquiteta, quero dizer que esse processo da preservação vem dessa identificação. Há um tripé, que costumamos mencionar: identificação, proteção e valorização do nosso patrimônio cultural. E ele é feito em conjunto com sociedade civil e Estado, tanto na valorização como na identificação e na proteção. É claro, todas as pessoas nesse momento podem solicitar essa proteção, e esses pedidos têm que ser analisados com toda a cautela, com uma análise qualificada. A grande maioria dos nossos representantes

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 20 DE 57

do IAB tem qualificação técnica e vai debater sobre o valor cultural e o que está sendo considerado ali.

Nesse caso específico, eu queria mencionar o parecer da Danielle diante do caso de Pinheiros, em que o tombamento do bairro foi feito com um conjunto que tem alguns bens apontados, e Vilas do Sol é um desses conjuntos. Danielle se manifestou, pela IAB, reiteradamente a favor da necessidade de aprofundamento da instrução técnica desses processos, tais como foram colocados.

Há várias situações, vários bairros e regiões na cidade tombados, como Penha, Bixiga, Liberdade, o próprio Jardins. Esse nosso patrimônio cultural não é feito apenas de grandes monumentos, mas desses espaços em que as pessoas vivem. Esses conjuntos urbanos têm valor cultural. Ao serem identificados, eles necessitam de um estudo que não é simples e rápido de ser feito, mas que entenda a complexidade, pois serão afetados muitos proprietários, muitas pessoas do ponto de vista econômico. Então, ele precisa ter esse tempo de amadurecimento e de muito espaço de debate.

Acompanhei também a abertura do Conselho, cuja importância se mantém ainda hoje para acolher todos esses debates e essas contradições, ouvindo a população, conselho que em 2013 era fechado à população, que não tinha oportunidade de se manifestar. É fundamental que esse espaço de escuta a toda a população continue.

Como representante do instituto, acho que o cuidado com o patrimônio cultural e as decisões têm que feitos com muita escuta e troca, porque destruir é muito fácil, e é muito difícil se preservar. Preservar é custoso, enquanto destruir acontece do dia para a noite. Se não se preserva, aquilo pode ser demolido no dia seguinte, e não há a oportunidade sequer de se conhecer ou se verificar. Às vezes, não precisa ser preservado; às vezes, é uma coisa pontual a ser preservada dentro de um conjunto; mas essa discussão precisa ter muita escuta, muita troca, pois, de fato, são muitos os interesses envolvidos nessa mediação.

Em suma, entendemos que essa proteção do patrimônio cultural e o direito à cidade andam juntos. (Palmas)

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 21 DE 57

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Passo a palavra para a Sra. Mariana Chiesa Gouveia Nascimento, Presidente da Comissão de Direito Urbanístico da OAB São Paulo.

A SRA. MARINA CHIESA GOUVEIA NASCIMENTO – Olá, boa noite. Primeiro, obrigada pelo convite, Marina. Parabéns pelo mandato e pela organização desta audiência. Cumprimento a Adriana Palheta, que também me convidou para estar aqui.

É sempre um grande desafio debater esse tema justamente porque ele envolve uma série de questões técnicas e porque estamos diante de uma norma que, para ser executada, precisa considerar uma série de valores que estão colocados em patamares e que precisam ser interpretados de modo a não conflitarem entre si.

Para não dizer a mesma coisa, acho que todo mundo está na mesma página: que a proteção do patrimônio não é conflitante com uma determinação do Plano Diretor sobre determinado adensamento populacional, determinado adensamento construtivo. Na verdade, quando interpretamos essa norma, ela precisa ser interpretada de modo a harmonizar esses interesses nos casos concretos. Isso não torna a vida de ninguém mais fácil, e menos ainda torna simples a vida do Conpresp. Estamos diante de uma série de desafios e conflitos que estão postos na prática e que precisam ser analisados sob uma perspectiva técnica e sob uma perspectiva de composição de interesses. E o Conpresp tem essa característica ao prever, em sua composição, membros da sociedade civil justamente para que haja essa composição de interesses.

Há alguns aspectos que me parecem importantes nessa temática de proteção de patrimônio e das opções feitas pelo zoneamento de 2014. Perdemos algumas oportunidades no processo de revisão de 2023, que acho que vale a pena trazer.

Acho que precisaríamos também direcionar mais esforços para cobrar do Poder Público mais dados, informações e um monitoramento efetivo daquilo que foi planejado. Não encontramos isso. Nem para a revisão do Plano Diretor tivemos um relatório, digamos assim, um diagnóstico à altura do que seria uma revisão de Plano Diretor. Então, acho que precisaríamos direcionar esses esforços para que a Prefeitura, especificamente a Secretaria de Licenciamento

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 26

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 22 DE 57

e Urbanismo – SMUL, produzisse esse material. Existe uma diretriz legal no Plano Diretor para que esse monitoramento aconteça, e sabemos que esse monitoramento hoje não está acontecendo a contento.

Também nessa temática, como a Nádia bem colocou, a demolição entra nesse contexto nem sempre considerando o trabalho que o Conpresp está desenvolvendo. Então, vemos uma mesma Secretaria que tem assento no Conpresp e que autoriza processos de licenciamento e demolição, ações que não dialogam entre si, o que para nós que trabalhamos com Poder Público e com legislação é uma pena. Não é à toa que a Secretaria de Licenciamento tem assento no Conpresp: é uma Secretaria que precisa articular suas ações de modo a harmonizar aquilo que está sendo analisado no Conselho de Patrimônio, e os processos de licenciamento em curso. Então, é uma pena que tenhamos, em alguns casos, esse descompasso, e para além disso, acho que tem outras discussões importantes que a serem juntadas como tombamento. Sob pena de ser cancelada, vou dizer algo que tem me incomodado muito na área jurídica que é uma administração pública que não está fazendo a transição para uma administração mais consensual em alguns aspectos, e isso observamos quando aplicamos alguns desses instrumentos mais autoritários dentro do Direito Administrativo, que seria, por exemplo, a desapropriação. Vemos processos de desapropriação onde não se tem, por exemplo, uma notificação, onde as pessoas não sabem que os seus bens vão ser desapropriados. Vemos isso acontecer com muita frequência. E, dentro dos processos de tombamento, parece-me que seria muito importante que os proprietários, dentro desses processos de tombamento, soubessem que o tombamento está acontecendo, que o tombamento foi aberto, ou que esse processo foi inaugurado dentro de uma discussão administrativa.

Então, para contribuir um pouco com essa discussão e também ficar à disposição aqui de vocês, são esses temas que acho que valeria a pena como Presidente da Comissão de Direito Urbanístico da OAB iluminar para o debate.

Obrigada mais uma vez.

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 23 DE 57

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Vou passar a palavra para a Sra. Denise Helena Monteiro de Barros Carollo que é da Associação de Moradores e Comerciantes da rua Joaquim Antunes - a AMJA.

A SRA. DENISE HELENA MONTEIRO DE BARROS CAROLLO - Boa noite a todos. Cumprimento, inicialmente, a Mesa. Agradeço o convite da Vereadora Marina Bragante. Cumprimento - também - os representantes de Órgãos Públicos aqui presentes.

Então, eu vou me apresentar. Meu nome é Denise Helena Carollo. Sou Presidente da Associação de Moradores e Amigos da Rua Joaquim Antunes, de Pinheiros. Peço licença para ler os registros que preparei para essa oportunidade.

Pinheiros é um espaço desta cidade já bastante verticalizado, espaço que perdeu parte de sua identidade, de sua história e qualidade de vida em virtude da especulação imobiliária.

Particularmente, venho a acompanhar a descaracterização de Pinheiros no referente à convivência comunitária reduzida e não pouco. Ainda, o aumento da criminalidade, o avanço da sobrecarga à infraestrutura do bairro. Neste quadro, incluo a perda crescente de áreas que davam feição a Pinheiros, como que a comunicar a alma de Pinheiros, por assim dizer.

Tomo aqui as chamadas Vilas do Sol, a propor serem vistas como espaço de resistência em Pinheiros. Trata de espaço a enriquecer o cotidiano dos seus moradores e também de seus visitantes. A horizontalidade das Vilas do Sol e a sua ambiência reúnem convivência e bem-estar. Remetem, afinal, a memória caracterizadora de Pinheiros.

Venho, nesta oportunidade, defender o tombamento desse conjunto residencial e comercial. Apelamos aos Parlamentares municipais aqui presentes e aos representantes de Órgãos Públicos, portanto, um conjunto de Órgãos Públicos, à proteção do que ainda resta da identidade do bairro de Pinheiros.

Essa é a minha palavra.

Obrigada pela atenção.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Vou passar a palavra para a professora Nádia, que vai se despedir, e depois vou passar para a Cris, que está virtualmente.

A SRA. NADIA SOMECK - Foi muito bom estar com vocês. Perdi a mão de falar em

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 28

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 24 DE 57

público, e não cumprimentei a Mesa. Desculpe meu sucessor no Conpresp, os representantes - não só que estão na Mesa, mas todos vocês - e vou me despedir.

Espero que tenha contribuído e vamos refletir, dialogar e dar voz à população. É tudo que peço para essa Mesa dos nossos representantes municipais.

Tchau, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Vou passar a palavra para a nobre Vereadora Cris Monteiro, que está virtualmente.

Cris, você nos escuta? Maria, você está falando com ela?

Vou fazer o seguinte, temos um vídeo do Vereador Nabil para passar, enquanto tentamos sanar a Cris para não perdermos tempo, pois temos 14 pessoas inscritas para falar.

Podemos colocar o vídeo, então?

Calma que faremos o som.

Tecnologia é maravilhosa, mas em todas as reuniões temos esse momento meio estranho. Estão tentando resolver.

Vou combinar com vocês que, quando passarmos a palavra para a plenária, poderemos fazer três minutos, porque são 14 pessoas. Seria lógico que toda ela se....

O SR. NABIL BONDUKI (por vídeo) – Queria cumprimentar todos os moradores de Pinheiros, em particular, do Quadrilátero Vilas do Sol. É um prazer poder falar para vocês, ao mesmo tempo, que não posso estar aí, porque estou voando para São Paulo. Eu estava até agora há pouco na Conferência na cidade de São Luís, no Maranhão.

O que eu queria falar para ser bastante sintético é o seguinte: o que está acontecendo no Quadrilátero Vilas do Sol é a falta de absoluta coordenação das políticas públicas da Prefeitura de São Paulo.

Se essa Prefeitura transformou o Quadrilátero do Sol numa CPR, seria lógico que toda ela se transformasse numa zona sem possibilidade de verticalização, e para isso era fundamental que houvesse o tombamento da Vila do Sol como um todo, e não com a exclusão exatamente dos lotes onde existia um empreendimento com protocolo na Prefeitura.

É absolutamente fora de propósito o que está acontecendo e, infelizmente, estamos sendo bloqueados em várias iniciativas para poder interferir mais fortemente nessa questão, seja dessa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 29

REUNIÃO: **21109** DATA: **13/05/2025** FL: **25** DE 57

verticalização descontrolada que perde a sua função social, seja no que diz respeito à proteção do patrimônio e a necessária compatibilização do desenvolvimento urbano com a proteção do patrimônio afetivo, histórico, arquitetônico e urbano da cidade de São Paulo.

Eu quero destacar, por exemplo, entre as várias iniciativas que a Prefeitura tem tomado para barrar a nossa intervenção, em primeiro lugar, o cancelamento da substituição dos representantes do Conpresp. Como vocês sabem, eu me candidatei muito em função da própria reivindicação das Associações de Moradores, dos Arquitetos que atuam na área do patrimônio para poder ter uma representação no Conpresp e defender a proteção do novo patrimônio da cidade de São Paulo, mas houve uma decisão do Presidente da Câmara de não fazer essa eleição e manter o atual representante, o Vereador Rodrigo Goulart que é Secretário do próprio Sr. Ricardo Nunes. Isso é muito grave. Estamos entrando, vários Vereadores da Bancada do PT, da Bancada do PSOL, a Vereador Marina que não sei se já assinou, mas espero que assine, e outros Vereadores que possam estar junto conosco num mandato de segurança para obrigar o Presidente da Câmara fazer essa eleição.

Nada garante que eu vou ser o escolhido, mas pelo menos a possibilidade de concorrer é fundamental e há uma forte mobilização da sociedade nesse sentido. Já teve uma abaixo-assinado de mais de 2.000 nomes nessa perspectiva.

Outra iniciativa que tomamos foi propor uma CPI para apurar as irregularidades, as fraudes, na produção de habitação de endereço social. Como vocês sabem, muitos empreendimentos foram aprovados pela Prefeitura, como habitação e interesse social, mas não estão sendo destinados a essa população, vários deles em Pinheiros. Muitos deles são listados como investidores. A revisão do Plano Diretor, inclusive, permitiu que fosse vendido para investidores, ao criar um dispositivo que diz que se for alugado para a população de baixa renda, pode ser adquirida por um investidor.

Todo mundo sabe que é muito mais difícil controlar um inquilino do que um proprietário, e em um impasse em relação a isso, porque – em primeiro lugar, a CPI que propus a base do Governo disse que não iria aprovar. Fizemos um acordo para que a CPI fosse criada, sob a presidência do Vereador Rubinho e eu seria o representante do PT, mas nem isso eles estão aceitando. Não indicaram membro para formar essa CPI. Estamos neste momento com um processo e também na Justiça com o mandado de segurança. Conseguimos que a CPI não fosse extinta porque o prazo da sua extinção era de 15 dias.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 30

REUNIÃO: **21109** DATA: **13/05/2025** FL: **26** DE 57

Não foi extinta, embora não tenha sido instalada. Mas, estamos aguardando uma decisão definitiva da Justiça.

Infelizmente, temos outra notícia que já foi falada explicitamente pelo Líder de Governo, que caso a Justiça determine a instalação dessa CPI eles vão - da base do Governo - não vão dar quórum para ela funcionar. É um absurdo.

Então, como podemos ver, estamos sendo bloqueados em várias iniciativas, mas continuamos nessa luta.

Finalmente, queria dizer, para ser muito breve, que precisamos - na verdade - tomar a dianteira na elaboração de planos de bairro, de planos regionais. Eu defendo que façamos um processo, ao contrário de outras vezes, ou seja, comece a debater a partir dos bairros e das regiões das Subprefeituras, uma proposta de alteração de zoneamento e de eventuais transformações, mudanças no Plano Diretor para que possamos chegar daqui a um ou dois anos com uma proposta para ser encaminhada para a Prefeitura e para fazer um amplo debate público.

Eu acredito que desta maneira poderíamos tomar a dianteira e ser propositivo em relação a essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Cartas em automático.

Vamos passar a palavra para Cris, que não estava nos escutando. Vocês acham que já conseguimos resolver?

Ainda não.

Cris, você nos escuta? A palavra é sua.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Agora sim.

Obrigada, boa noite a todos, mais uma vez lamento não poder estar presente, com vocês. Mas, é melhor ser prudente por causa do vírus. Estou melhor, e - se Deus quiser - estarei amanhã na Câmara Municipal.

Muito obrigada pela palavra Marina. Serei breve, já são 15 para as 21h, e sei que tem pessoas querendo falar.

Eu queria - primeiro de tudo - agradecer a todas as pessoas que estão participando porque acho que é de suma importância esse diálogo e essa constituição do que é possível na nossa cidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 31

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 27 DE 57

Não consegui escutar, mas eu vi as letras do Nabil, da fala em particular da questão dos planos de bairro, pois também sou uma defensora dos planos de bairro. Acho que precisamos explodir essa discussão para além dos muros, do que está falando.

Escutei atentamente todas as pessoas da Mesa.

Acho que temos um desafio diante de nós, que é fazer. Já se comentou sobre isso. Deixar a cidade crescer e ao mesmo tempo preservar a nossa memória. Como fazer isso? Acho que é possível, que essa é uma discussão extremamente relevante. Não sou uma técnica, então é muito importante escutar todas as vozes que estão presentes dessa noite nesta audiência pública e formar a nossa opinião.

É de suma importância que guardemos a nossa memória, mas ainda assim deixar que... a cidade é uma coisa viva, é um organismo vivo... com que ela cresça, que possamos absorver de forma quase sustentável todas as pessoas que estão vivendo ao nosso redor.

Então, continuarei aqui atenta. Não sei se vou conseguir ficar até o final...

- Ruído na transmissão. Transcrição prejudicada.

Gostaria, mais uma vez, de parabenizar a Vereadora Marina Bragante, que organizou essa audiência pública por meio da comissão. E... dos participantes, consegui ver, em algum momento, que muitos estudantes, acho que é importante também que esses estudantes estejam aí, porque vocês....o que estamos deixando para vocês nesse momento... com coisas boas e com as coisas não tão boas que estamos construindo.

Então, vendo... como todos que estão nesse momento e vamos discutindo a nossa cidade. Obrigada a todos. Obrigada Marina pela palavra. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) - Obrigada, Cris. Faremos o seguinte: abriremos a palavra na ordem que está classificada; vou chamar dois inscritos, sendo que o primeiro faz uso da palavra, enquanto o segundo já vem vindo. Assim, otimizamos nosso tempo. Tá bom? (Pausa)

Começamos com a Rosane Brancatelli. Há um microfone próximo e tem outro microfone desse lado. Pega o microfone e pode ligar. E o segundo é o Cleiton de Paula, da Associação dos Proprietários e Protetores de Imóveis Tombados, do Fórum de Associações da Cidade. Por favor, Cleiton, se quiser ficar nesse microfone, assim terminando a Rosane já passa

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 28 DE 57

para você.

Lembrando que pensamos em 3 minutos para cada fala, garantindo, assim, que todo mundo possa se pronunciar. Também porque precisamos sair daqui às 22:00. Depois, podemos continuar num bar depois, mas daqui a gente precisa sair às 22.

Rosane, na tela, há um relógio e um cronômetro para ter orientar no tempo.

A SRA. ROSANE BRANCATELLI - Obrigada. Vou tentar ser breve. Primeiro, agradeço a presença de todos. A sala está completa, prova de que esse assunto é muito importante.

Estamos perdendo a identidade da cidade, a identidade de Pinheiros, porque o assunto hoje é Vilas do Sol, porém abrange todos os outros lugares que são semelhantes. Afinal, não é um só bairro. Temos, em vários bairros, os locais que precisam da preservação.

Hoje, estamos numa audiência que esperamos mudar o resultado da decisão do Conpresp. O que aconteceu no Conpresp. O que é Vilas do Sol? Onde é Vilas do Sol? Vilas do Sol é uma área que fica entre as ruas dos Pinheiros, Arthur de Azevedo, Dr. Virgílio de Carvalho Pinto e Mateus Grou. É um quadrilátero de 42 casas e cerca de 90 comércios que criam uma ambiência de visitantes, de passeios, de festa, de alegria, como outros lugares que existem no mundo. São lugares que as pessoas gostam de visitar, gostam de estar, porque são agradáveis.

Esses lugares são agradáveis, horizontais, onde as pessoas podem se sentir libertas e, até mesmo, aliviadas. Percebemos que o bem-estar, mental e físico, está acabando, está diminuindo, e o Vilar do Sol é, além de ser um lugar com esses atrativos, com essas características interessantes, um modelo de conjunto urbanístico que vem desde o século passado, do séc. XX.

E o que aconteceu de lá para cá. Houve construções em 1920, em 1940, em 1960, também nas décadas de 70 e 80, e ainda nos anos 90. Temos todos esses exemplos de construção no Vilas do Sol. Elas são maravilhosas? É uma vila medieval? Não. Não é um Coliseu. Não é. Não temos nada arquitetônico de importância nesse aspecto.

O que temos é uma ambiência, uma importância de vivência, de convivência, que é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 29 DE 57

fundamental para se viver na cidade, para se viver bem. O que desejamos numa cidade?
Queremos viver bem.

Agora, o que nos importa nessa audiência? Importa que o Conpresp volte um passo
atrás.

- Manifestação na plateia.

A SRA. ROSANE BRANCATELLI - Houve uma decisão incoerente, arbitrária e
absurda que todos presenciaram. E todos não entenderam.

O que aconteceu? Vilas do Sol foi aceito por todos os conselheiros quando o
tombamento foi decidido. Por que, de repente, virou? Quem pode explicar isso? Ninguém pode
explicar, porque um tombamento tem de ser estudado um departamento técnico que é o DPH,
que é a nossa amiga, presente aqui, a Raquel, que sabe muito bem e sentiu falta desse trabalho,
como nós também.

O que houve, então? Quando a decisão do Conpresp aconteceu, eles decidiram
manter o miolo do quadrilátero, as casas residenciais e excluir 9 imóveis. Desses 9 imóveis, 8
são casas residenciais e um é ponto comercial. Como será isso? Vão estudar as casas
residenciais e vão excluir as 8 escolhidas e excluí-las do conjunto? Por quê? Porque essas 9
casas pertencem a uma construtora e o proprietário delas desclassificou-as como se ele próprio
tivesse decidido o valor arquitetônico sem entender a ambiência.

Como isso ocorreu? A própria construtora fez o estudo, apresentou ao Conpresp e o
relator decidiu pela mudança com base no estudo da construtora. Não foi o estudo do DPH. Foi
totalmente arbitrário. Dá para entender?

O Sr. Ricardo poderia explicar como isso aconteceu. A decisão veio do relator. Mas
todos ali sentados aceitaram isso.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Por favor, para concluir.

A SRA. ROSANE BRANCATELLI - Aceitaram e depois me disseram, o que?
Disseram: “Você está pronta para fazer uma ação judicial”. Ah, que engraçado! Então, eles
preparam uma decisão para nós entrarmos com uma ação? Não faz sentido.

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 30 DE 57

E essa resolução do Conpresp demorou para sair.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Volto a pedir para concluir, por favor.

- Falas simultâneas.

A SRA. ROSANE BRANCATELLI – É um resuminho, porque ninguém entende muito bem o que aconteceu. Nem nós.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Lembrando que demos tempo para a sociedade civil poder apresentar, organizando e pensando nisso. Então não que estejamos tirando a voz deles.

- Falas simultâneas.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Só para podermos garantir que todo mundo fale.

A SRA. ROSANE BRANCATELLI - Então Marina, isso é superimportante porque estamos fazendo uma audiência e o Ricardo não quer decidir. Também não tem um passo atrás, pois ele me explicou que quando tem uma ação jurídica, quem tem de decidir é o juiz, só que o Conpresp errou. É um erro. De fato, é um erro.

O Conpresp é soberano para decidir tudo? Não. A Nádia disse e todo mundo ouviu que quem decide tombamento é a comunidade. E é a comunidade que reconhece a sua área, o seu território, e o DPH estuda e, depois, devolve: “Sim, esse lugar tem o porquê ser tombado”. E é isso que esperamos, é isso que gostaríamos, ou seja, o Conpresp desse um passo atrás.

E uma audiência serve para quê? Para as pessoas não se manifestarem? Não vou resolver esse assunto aqui, porque esse assunto não é adequado para se resolver nesse lugar, então o que estamos fazendo aqui, Marina, se não se pode voltar um passo atrás? Se não podemos tomar uma decisão?

- Manifestação na plateia.

A SRA. ROSANE BRANCATELLI - Estamos lutando para Vilas do Sol desde os anos 2020 e 2021. Vilas do Sol conseguiu a mudança de zoneamento graças, justamente, a essa

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 31 DE 57

Casa. Graças à Comissão de Política Urbana, que reconheceu que Vilas do Sol tem o que ser preservado.

Se conseguimos o ZPR que é a Zona Predominantemente Residencial é porque teve esse reconhecimento. Daí, o Conpresp aceitou nosso tombamento em 2023 e, depois, fez essa lambança, que usando a ironia popular: “Que show da Xuxa é esse?”. Como pode acontecer isso? Ninguém explicou. Assim que terminou a reunião no Conpresp, eu perguntei: “O que acontece” e ainda ouvi um: “Cale a boca, fica quieta, já está decidido”. E foi o que aconteceu.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Rosane, vou te interromper de novo, porque seu tempo já foi mais do que o dobro.

A SRA. ROSANE BRANCATELLI – Desculpe, só mais uma coisinha.

- Falas simultâneas.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Você está tirando a voz da população.

A SRA. ROSANE BRANCATELLI – Entramos na ação civil, jurídica, como foi aconselhado no próprio Conpresp. Todos os conselheiros falaram: “Agora, você tem tudo para entrar na ação jurídica”. Entramos. Só que o juiz pediu a versão da promotora do Ministério público que seguiu a versão do Conpresp. E, hoje, o desembargador que foi verificar o resultado – o agravo - também seguiu a resolução do Conpresp.

O Conpresp tem de se manifestar, tem de explicar porque não recebemos esses estudos. Inclusive, temos vários pareceres, são pareceres do Dr. Carlos Nobre, também do Dr. Paulo Saldiva, do Ivan Malho, da Lucila Lacreta, da Mônica Junqueira e da Leila Diegoli. Todos esses pareceres certificam que Vilas do Sol é uma área que tem de ser preservada por várias razões e mesmo os aspectos de tombamento histórico, de saúde, de sustentabilidade, aspectos mil, além do tombamento?

Então peço que todos participem, que todos acompanhem esse caso, porque não podemos ficar omissos. A voz do povo tem de ser ouvida. Estamos aqui, vejam: Pinheiros tem de ser ouvido, Paraíso tem de ser ouvido, Vila Mariana e Lapa tem de ser ouvidos. Tem um monte de gente com esses problemas...

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 32 DE 57

- Falas simultâneas.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Rosane, vou te interromper de novo, combinamos três minutos e você está falando há 9 minutos.

A SRA. ROSANE BRANCATELLI - ... de abafamento, de sufocamento. Obrigada, Mariana, desculpa. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) - Passo a palavra então para o Cleiton de Paula, que é da Associação de Proprietários e Protetores de Imóveis Tombados, do Fórum de Associações da Cidade. E aproveito para pedir ao Michel “Shali” ou “Cali”, desculpe, não sei como se pronuncia.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Chauí. Por favor, já pode vir para cá. Quero lembrar que são 3 minutos, por favor, se todo mundo resolver falar mais, não vamos conseguir garantir a voz de todos. Obrigada.

O SR. CLEITON DE PAULA - Boa noite à Mesa muito boa noite a todos.

São Paulo, comoção da minha vida, poema do querido Mário de Andrade, que foi o criador do departamento de cultura, o embrião do DPH e do Conpresp.

São Paulo sempre foi a vanguarda da preservação do patrimônio ambiental e cultural no País. O Iphan foi criado em 37, também a partir de uma proposta do querido Mário de Andrade, daqui de São Paulo

Em 69, o governador biônico da ditadura Abreu Sodré criou o Condephaat e o Museu da Casa Brasileira, este que foi descriado e acaba de ser despejado. E teria sido demolido se não fosse a ação da sociedade civil.

No ano de 85 foi criado Conpresp, por meio de uma lei ousada na época, que foi alterada e passou, depois, a uma composição era mais ampla, quando havia a participação não só maior da sociedade civil, mas também da academia, e isso, precisamos observar. Portanto, sempre fomos vanguarda.

Estamos acompanhando, eu e mais um grupo, há mais de vinte anos, vejam, mais

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 33 DE 57

de 20 anos acompanhamos o Conpresp. Nesse tempo, vimos bastante diferença. Por exemplo, o Professor Lefèvre ficou lá por 8 anos, durante a Gestão Kassab. Lefèvre era professor docente da Faculdade de Arquitetura e tinha a visão dele. Em seguida, foi a Professora Nádia que permaneceu lá na Gestão Haddad. Ela tinha outra visão, diferente.

E, quantas vezes, a sociedade civil concordava ou discordava, mas o Conpresp sempre foi um local que reflete, claro, as disputas de interesses da sociedade e isso é absolutamente legítima, Democracia não é consciência, é conflito, não é mesmo? Porém, o Conpresp sempre se posicionava a favor da preservação.

Falo, nesse momento, em nome de algumas associações e do Fórum de Associações, criado no ano passado, por quê? Para que, cada vez mais, estejamos juntos. Não é só Pinheiros, somos todos. Todos estaremos juntos, seja em Pinheiros, em Higienópolis, na Consolação. Estaremos juntos nos Jardins, na Penha, no Tatuapé. E isso é inédito. E isso é um avanço absolutamente relevante.

Em relação ao que está acontecendo, e aí retomando que falo em nome dessas associações, estamos nos sentindo agredidos e desrespeitados.

- Manifestação na plateia.

O SR. CLEITON DE PAULA - A nossa indignação é grande e, por isso, muitas vezes, “chuto o pau” e vocês sabem disso. Digo isso de uma maneira respeitosa, não é Presidente Ricardo? Mas, assim, falo com contundência, porque estamos nos sentindo agredidos e desrespeitados.

As decisões discricionárias de um governo eleito não podem ser arbitrárias. O poder de um governo eleito parte daqui. E cabe a nós como sociedade civil organizada fiscalizar esse poder. E faremos isso até as últimas consequências, com medidas administrativas, judiciais e políticas.

- Manifestação na plateia.

O SR. CLEITON DE PAULA - Não abriremos mão disso. Jamais desrespeitando a lei, mas até as últimas consequências. Isso é absolutamente seguro. É absolutamente seguro!

Alguns descabros que vimos em relação ao patrimônio cultural ambiental – que já foi demolido – muitas vezes durante o prazo recursal. Sabemos que, por lei federal, os recursos administrativos que tratam de matéria ambiental e cultural têm, sim, efeito suspensivo. Ainda assim, muitos imóveis que deveriam ser tombados foram demolidos nesse período, porque nos foi negada a suspensão dos efeitos durante o trâmite dos recursos. Isso é absolutamente inadmissível.

Em relação ao caso das Vilas do Sol, o que nos surpreendeu foi que, curiosamente, foi arquivado o processo de tombamento dos imóveis pertencentes a uma incorporadora, enquanto os demais não foram. Que coincidência, não é? E com justificativas ligadas ao uso, por não se tratarem de imóveis residenciais. Mas o tombamento não se restringe ao uso. A jurisprudência do STF é clara: “Os parâmetros de ocupação devem ser preservados”.

Em relação a isso, a APPIT – Associação de Proprietários e Protetores de Imóveis Tombados, juntamente com outras associações, fará um novo requerimento ao Conpresp, dentro do devido processo administrativo. Desta vez, não solicitaremos o tombamento nos moldes do ZEPEC-BIR, mas sim o enquadramento das Vilas do Sol como ZEPEC-AUE, para que os parâmetros de ocupação se mantenham e nada possa ser construído lá acima de dez metros; ou seja, parâmetros históricos de ocupação estabelecidos há mais de cem anos. Isso é importante e relevante.

Vamos, portanto, iniciar um novo processo administrativo, respeitando todas as regras, com fundamentação sólida e com um enquadramento adequado, utilizando os instrumentos corretos. E, sim, vamos reabrir esse debate sob uma nova perspectiva.

Senhores, como diria o mestre Artigas: “É preciso fazer cantar os pontos de apoio”. E nós, cidadãos e sociedade civil, somos os pontos de apoio da cidade de São Paulo. *Non ducor, duco.* (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Cleiton.

Tem a palavra o Sr. Michel Chaui.

O SR. MICHEL CHAUI – Boa noite a todos. Sou Michel Chaui, arquiteto paisagista,

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 35 DE 57

doutorando em História da Arquitetura, Coordenador do Núcleo Estadual da ABAP – Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, morador de Pinheiros há 25 anos, desde que cheguei a São Paulo, e integrante do Pró-Pinheiros.

Venho aqui, mais uma vez, reforçar o que já foi dito em tantas audiências públicas desde a revisão do Plano Diretor, ou melhor, desde que eu era estudante. E é importante dizer que a participação da sociedade civil é fundamental, mas ser ouvido é ainda mais importante. Não nos cansamos de participar, mas nos cansamos de sermos ignorados. Está na hora de sermos escutados.

Fiquei muito feliz ao ouvir as palavras da Vereadora Marina e da Professora Nadia, que expressam uma visão contemporânea do que é patrimônio. Mais contemporânea, inclusive, que a visão adotada pelo próprio Conpresp, que, em seus pareceres e votos, frequentemente desconsidera o valor de conjuntos urbanos por não conterem “arquitetura de relevância”. Desde quando o valor patrimonial de um conjunto de casarios está limitado à monumentalidade? Não estamos tratando arquitetura medieval, de um Museu do Ipiranga ou algo similar, mas de um conjunto urbano de casarios representativo para a comunidade. E a maior prova disso é este salão cheio, à noite, em pleno dia de semana.

Vimos aqui rogar para que o Conpresp nos escute, que se sensibilize, e que o Presidente leve essa demanda ao Conselho. Os pedidos de preservação e os processos já abertos precisam ser devidamente estudados. A voz da população precisa ser ouvida. Não estamos aqui para fazer papel de bobo; muito pelo contrário. Falo não apenas pelas Vilas do Sol, mas também em nome de moradores de outras áreas ameaçadas, como a mancha de casario da Rua Francisca Iasi, onde moro, entre outras, que foi arquivada sem qualquer estudo técnico adequado.

Muitas pessoas me pediram que eu os representasse aqui hoje, e é o que eu estou fazendo. Por isso, peço não apenas à Câmara, mas também ao Presidente do Conpresp – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – que nos ajude de fato a viabilizar a preservação desse conjunto, para que não

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 36 DE 57

incorramos novamente nos erros já mencionados pela colega Raquel. Preservar é difícil, mas destruir é muito fácil. Como vimos, parte do miolo das Vilas do Sol foi demolido de um dia para o outro na calada da noite.

É fundamental que façamos um esforço coletivo para que a população seja efetivamente ouvida e para que os técnicos possam emitir e respaldar seus pareceres.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Michel.

Tem a palavra a Sra. Rossela Rosseto.

A SRA. ROSSELA ROSSETO – Boa noite a todos. Sou arquiteta urbanista, conselheira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, e atualmente componho a equipe do Vereador Nabil Bonduki.

Ao ouvir as falas dos integrantes da Mesa, que vêm expondo esse processo quase permanente de conflito entre o desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio histórico da cidade, fiquei refletindo sobre o que há de novo nisso tudo. Essa tensão sempre existiu, mas o que está acontecendo de diferente agora? O que temos observado é a supressão dos espaços de escuta e de debate. Há, ao mesmo tempo, um aparente aumento na velocidade das transformações, especialmente as destrutivas; seja no patrimônio cultural, seja na vegetação, nascentes e áreas ambientais. Isso é profundamente preocupante.

Solicitei que fosse feito um breve levantamento dos últimos cinco meses da atuação do Vereador Nabil Bonduki. Nesse período, ele publicou 67 vídeos sobre patrimônio, dos quais quase metade denunciava demolições e agressões ao patrimônio construído e natural da cidade. A perda é visível e constante. E é justamente por isso que Conselhos como o Conpresp ou o Condephaat existem para serem espaços de escuta e de mediação. São instâncias criadas para ouvir e levar em consideração opinião quem vive no território. Foi por isso que lutamos para criar esses Conselhos. Esperamos que a opinião de quem está aqui hoje seja respeitada e que decisões anteriores possam ser revistas ou, ao menos, repensadas. Que possamos preservar o que ainda nos resta do patrimônio da cidade.

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 37 DE 57

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Rossela.

Tem a palavra o Sr. Ivan Malho.

O SR. IVAN MALHO – Boa noite. Primeiramente, parabenizo a realização desta audiência pública sobre o tombamento das Vilas do Sol, que é o objeto central desta discussão.

O movimento de Pinheiros e a população passaram dez anos tentando corrigir omissões do Plano Diretor de 2014 – um Plano que, desde então, já reconhecia a necessidade de identificar, ao longo dos eixos de transporte, o que tem valor cultural e ambiental. Foram necessários dez anos para que, em 2024, essa revisão finalmente reconhecesse que aquele território é especial.

Trata-se de uma zona predominantemente residencial, que precisa ser preservada nas suas características originais. Esse reconhecimento forma uma camada importante. A outra, estranhamente ainda não plenamente considerada, é a do tombamento, que deveria proteger um conjunto raro de ambiência urbana. Estamos falando de algo que se aproxima, por exemplo, do conjunto de Santiago ou da Greenwich Village: um tecido urbano especial, um patrimônio cultural vivo que confere identidade ao bairro de Pinheiros, que, além de tudo, é um respiro em meio a uma região que passa por um processo intenso de verticalização, o que acentua a formação de ilhas de calor. As Vilas do Sol oferecem a esse bairro uma oportunidade real de melhorar o clima local e as condições ambientais.

Por isso, é extremamente estranho que o órgão responsável pelo tombamento, que deveria proteger justamente esse tipo de camada urbana especial, tenha excluído dez por cento da área em questão. E o fez exatamente para atender ao interesse de um empreendimento de 85 metros de altura, a ser construído ao lado de uma vila histórica. Isso é uma excrescência. Além de comprometer todo o processo de tombamento, essa decisão causará um impacto ambiental enorme sobre o conjunto que permaneceria preservado. Essa vila histórica passará a enfrentar riscos reais de subsistência, com possibilidades concretas de surgimento de trincas, danos estruturais e outras consequências. Esse projeto é, na prática, um cavalo de Troia

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 38 DE 57

colocado ali para abrir caminho para a destruição de todo o restante.

É lamentável e marca negativamente a atuação do Conpresp, que excluiu esse trecho da proposta de forma absolutamente inexplicável, e antes mesmo da conclusão dos estudos técnicos de seu próprio corpo de especialistas. Por isso, reitero o pedido feito anteriormente pela Rosane: que o Conpresp recue e corrija essa decisão. A Câmara Municipal já reconheceu essa área como predominantemente residencial. A Prefeitura também reconheceu. A sociedade reconhece. E, no entanto, o órgão de tombamento quer excluir justamente dez por cento da área que deveria proteger. Isso é um teste. Um teste claro – como foi dito no início desta audiência – entre desenvolvimento predatório e preservação. Este é um caso emblemático: ou manteremos viva a memória urbana de São Paulo ou abriremos mão de nossa identidade cultural, ambiental e histórica.

Reitero, portanto, o pedido para que o Conpresp dê esse passo atrás e preserve a integridade da área.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigado, Ivan.

Tem a palavra a Sra. Solange Melendes, da Sociedade Amigos da Cidade Jardim.

A SRA. SOLANGE MELENDES – Boa noite a todos. Gostaria de parabenizar a Vereadora pelo seu mandato e, especialmente, pela iniciativa de realizar esta audiência pública sobre um tema tão importante.

Embora o foco aqui sejam as Vilas do Sol – e reconheço plenamente sua relevância –, entendo que toda a cidade está sob ataque. Não é apenas com as Vilas do Sol, mas o que está acontecendo na Penha, como já foi dito, e também o que está ocorrendo em relação ao tombamento dos Jardins e, particularmente, na Cidade Jardim. Esse bairro foi profundamente impactado pela revisão da Lei de Zoneamento e, já no Plano Diretor aprovado em 2023, sofreu uma intervenção: foi instituído, sem consulta alguma à população, um parque público na área do Jockey Club de São Paulo.

A ideia de um parque público poderia até ser interessante do ponto de vista dos

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 39 DE 57

moradores – se de fato ele fosse público. Mas todos sabemos o que vem ocorrendo nos parques da cidade de São Paulo. Vide o que aconteceu com o Ibirapuera, com o Villa-Lobos, com o Parque da Água Branca – este último, inclusive, hoje teve uma decisão liminar muito importante em defesa de sua preservação no caso da construção de uma churrascaria naquele espaço.

Não podemos esquecer também dos ataques às ruas estritamente residenciais da Cidade Jardim, onde as demolições ocorrem a todo vapor, motivadas pela transformação dessas vias em Zonas de Estruturação Metropolitana, algo que jamais foi discutido com a população. E há ainda a ponta da Avenida Lineu de Paula Machado, que, desde a Lei de Zoneamento de 2016, foi reclassificada como Zona de Estruturação sob o argumento de que ali seriam construídas Habitações de Interesse Social. No entanto, agora se anuncia a construção de um prédio de 43 andares da Cyrela, com o metro quadrado mais caro do Brasil, justamente na esquina da Lineu de Paula Machado com a Francisco Morato. Essa é a tal habitação social? Um prédio de luxo, que vai descaracterizar completamente a região.

Fora isso, agora, a novidade – que já vinha acontecendo – na Comissão de Política Urbana da semana passada foi a proposta do Vereador Rubinho Nunes, já colocando em discussão a desapropriação do Jockey, sem que haja uma discussão com os moradores, com a associação. E nós sabemos que o interesse ali é das incorporadoras, claro que nós sabemos.

Então, o Jockey, Parque Público Zepam, hoje vai ser desapropriado, quando você tem “n” parques públicos para serem implantados em São Paulo e que até hoje estão parados, e nenhum foi implantado. E agora você vai desapropriar o Jockey, que tem áreas tombadas; você desapropria para fazer o quê? Um parque público? Quanto tempo vai ficar desapropriado? O que vai acontecer? Quando a população vai ser ouvida? Serão quantas audiências públicas? Durante o horário de trabalho, aqui na Câmara, onde as pessoas não poderão participar?

Bom, foi um alerta que eu estou colocando com relação ao Jockey, que também tem áreas tombadas; e é de extremo interesse dos incorporadores, como todas essas áreas que estão sendo atacadas em São Paulo. (Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Sra. Vou passar a palavra

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 40 DE 57

para o Francisco Eduardo Brito, do Movimento Defenda São Paulo, e vou chamar a Lucila Lacrete para esse microfone à minha direita, também do Movimento Defenda São Paulo. Vou lembrar apenas que a gente tem oito pessoas ainda para falar; se a gente puder, de fato, tomar cuidado com o tempo, agradeço.

O SR. FRANCISCO EDUARDO BRITO – Eu sou o Brito, Diretor do Movimento Defenda São Paulo e membro da Associação de Moradores da Vila Mariana. Eu pus um adendo aqui no texto, asseverando que é superimportante ter a presença dos jovens aqui hoje. Isso dá um estímulo, dá um incentivo para a gente continuar e acreditar um pouco mais neste país. (Aplausos)

Ótimo vocês estarem presentes, muito legal.

A cidade está ao Deus dará, entregue à própria sorte. Para Deus, isso é indiferente. Ele delegou essa pequenez de cuidar da sua própria casa, do seu pedaço de chão, a cada um, aos próprios homens e mulheres que nela vivem. “É com vocês que eu tenho mais o que fazer” – se não disse, assim pensou Deus. E olha o que estamos fazendo com o que Deus nos deu. Olha o que estamos fazendo, exemplo gritante, com a Vila do Sol. Então, a culpa é nossa, gente.

A cidade está essa desgraça de qualidade de vida por culpa nossa, que reelegemos um governo desinteressado. Ele se mostrou desinteressado por quatro anos. E aí o que aconteceu? Reelegemos esse governo desinteressado. Culpa de quem? Nossa, que elegemos um grupo de Vereadores pior que desinteressados: muito interessados em ver o circo pegar fogo. Porque eles colhem, eles se apropriam de um naco dos grandes lucros particulares e não estão nem aí para a inevitável socialização dos prejuízos. Não estão.

A coisa está tão avacalhada que a Justiça teve que breca hoje – aquilo que a Solange disse – a obra de um restaurante que na petição simplesmente se chama Hípica Churrascada. Deve ser esse o nome, porque está na petição da sentença do juiz. Hípica Churrascada dentro do Parque da Água Branca. É uma avacalhada total e explícita. E a qualidade de vida da cidade despenca.

Quando lá atrás, há mais de 50 anos, um prefeito esclarecido, ou ao menos

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 41 DE 57

interessado, disse que São Paulo precisava parar – e falo do Prefeito Figueiredo Ferraz, em 1973 –, ninguém deu bola, ninguém dá bola, salvo esses quixotes aqui – no caso nós.

Qual é a saída disso? Qual a solução? A saída, a solução, é tão modesta: é não deixarmos de perceber – porque é muito fácil deixar de perceber – e não deixarmos de dizer a quem pudermos: a cidade de São Paulo está falimentar, a cidade de São Paulo não tem mais qualidade de vida, a cidade de São Paulo chegou a um limite, e o agravamento dessa situação trará consequências cada vez piores, e essa situação tem vários culpados por ação e culpados por omissão. (Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Enquanto a gente escuta a Lucila Lacrete, vou pedir para o Jorge Breugam, do Sindicato dos Guias de Turismo de São Paulo, vir para esse microfone à minha esquerda, por favor.

A SRA. LUCILA LACRETA – Boa noite a todos, boa noite aos presentes. A que ponto chegamos, Sr. Presidente do Conpresp? Estarrecedor estarmos constatando, primeiramente, o desastre que esse zoneamento, ao estabelecer as tais zonas de grande estruturação urbana, está causando, destruindo a nossa cidade, destruindo patrimônios importantes, tombados ou não tombados, que nos são tão caros; e somos completamente impotentes para reverter essa situação. E, por outro lado, presenciamos e constatamos a omissão de um órgão como o Conpresp, também do Condephaat, que estão, parece, irmanados no sentido de destruir o pouco que nós temos de qualificado. (Aplausos)

Que bom que o Sr. aplaude, porque eu fico consternada quando eu vou ao Conpresp e assisto a sua direção diante daquele grupo de nove membros apenas, a se irmanarem para destruir o que nós temos de bom e o que podemos preservar de bom.

Por que, Sr. Presidente? Qual é a razão das decisões dos Srs.? Os conselhos de preservação, como foi dito pela Professora Nadia Someck, são conselhos de proteção. Proteção da qualidade, proteção da vida, não é proteção do grande monumento, das construções ricas, nada disso. São as construções caras, preciosas para a população. É a casa do pequeno trabalhador, é a vila operária – isso que é significativo na nossa história. E, por outro lado, um

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 42 DE 57

conselho que deveria proteger e deveria ser formado por membros altamente qualificados e vocacionados com a cultura da proteção, esses membros destroem. Por quê? O amigo empreendedor quer fazer um prédio, como que dizendo: “isso é uma porcaria, vamos acabar com tudo”. Sras. e Srs., nós estamos numa situação aterradora. E eu pergunto: Sr. Presidente, até que ponto?

Obrigada. (Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Vou passar a palavra para o Sr. Jorge e pedir para o Jorge Eduardo, Presidente da Associação Preserva São Paulo, vir para esse microfone à minha direita, por favor.

O SR. JORGE BREUGAM – Boa noite. Bom, eu sou guia de turismo, sou do Sindicato Estadual dos Guias de Turismo de São Paulo. Também faço parte do grupo de defensores do Patrimônio da Penha de França, nossa famosa colina, da qual temos aqui vários defensores, como eu.

Eu gostaria de iniciar, Vereadora, parabenizando-a, primeiro, por essa brilhante audiência, essa plateia maravilhosa, a juventude aqui presente, para que possa levar adiante o legado dessa luta que nós empreendemos há muitos anos. Mas queria lembrar que esta Casa falta com o seu dever ao não propor a indicação de um representante ao Conpresp que seja eleito.

Não pode um Vereador que está enquanto Secretário de Desenvolvimento, que já desfavorece aquilo que já é minoritário, a sociedade civil no Conpresp. E outra coisa que eu faço um apelo, então, à Sra., é que já proponha a paridade do Conpresp, com a sociedade civil e o Poder Público. Isso é um ponto.

Bom, outra coisa: eu queria iniciar realmente a minha fala, me solidarizando, logicamente, com o bairro de Pinheiros aqui, a Vila do Sol e as demais associações, os outros bairros e tudo, mas a minha maior preocupação é com o bairro da Penha. E vou dizer: por uma razão muito simples. Nesta Casa, em março, uma Vereadora trouxe uma discussão e falou em destombamento. Olha, eu fiquei assustado. Eu nunca ouvi essa palavra e, de repente, ouço-a

numa casa do povo – o que deveria ser, e não das elites, e nem daqueles que se beneficiam, beneficiados desse poder, dessas construtoras que financiam suas campanhas eleitorais.

Então, eu quero dizer a vocês o seguinte: em relação à Penha, nesse destombamento, nós criamos um grupo de defensores do patrimônio, fizemos um ato no dia 26. E por que nós fizemos isso, Vereadora? Veja bem, o bairro da Penha, como a senhora mesma falou, é tombado. E tem uma razão para isso. Depois da Vila Piratininga, é o mais antigo de São Paulo. Daqui se avistava, ou de lá se avistava a cidade, como vários historiadores, intelectuais que frequentaram a colônia da Penha no passado.

A Penha de França mantém a nossa padroeira de São Paulo, que é a Nossa Senhora da Penha – que não é padroeira da Penha, é padroeira de São Paulo. O nosso traçado urbano data do séc. XVII, por onde D. Pedro chegou à Vila de Piratininga e pernitoou lá antes de vir para a Vila, para, sete dias depois proclamar a independência da República. D. Pedro II esteve lá e várias outras coisas aconteceram; mas, então, o nosso Centro Histórico é tombado. Primeiro, com a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que é a primeira edificação, vou dizer, tombada em 1982 pelo Condephaat e que permitiu que todo o entorno, todo o Centro Histórico fosse tombado.

Há algumas pessoas dizendo que está atravancado o desenvolvimento da Penha, porque não se pode verticalizar. É um absurdo que alguém queira construir um prédio de 30, 40, 50 andares ao lado da Basílica, ou ao lado da Igreja do Rosário. É por isto que nós estamos aqui: estamos antecipando a desgraça que poderá vir daqui a pouco lá do bairro da Penha e já estamos em marcha para lutar contra tudo isso.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Enquanto a gente escuta o Jorge Eduardo, Presidente da Associação Preserva São Paulo, vou chamar o Ernesto Maeda, da Nova Raposo, Não! Rede Ambiental Butantã, para se posicionar junto a este microfone à minha esquerda. E vou reforçar para a gente manter em três minutos, já que a gente tem oito pessoas em 30 minutos.

O SR. JORGE EDUARDO – Boa noite. Até agora foram oito falas, as oito foram a

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 44 DE 57

favor da preservação, e ainda assim nós não somos ouvidos. Isso é espantoso. Como não preservam um lugar desses, com tantas manifestações? Apenas manifestações a favor da preservação? Não dá para entender.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JORGE EDUARDO – Pois é, a Associação Preserva São Paulo, desde 2007, faz um trabalho voluntário em defesa desta cidade. E eu frequento esta Casa desde 2007 – ou até antes. Em 2011, por exemplo, nós estivemos nesta sala para defender o Quarteirão da Cultura do Itaim, que a Prefeitura queria vender para a especulação imobiliária. O Roberto, a Lucila, estavam nessa audiência pública; foi uma das poucas vitórias que nós tivemos. (Aplausos)

E é triste constatar que, de lá para cá, as nossas lutas não avançaram. Pelo contrário, as coisas estão cada vez piores. Depois de 18 anos de luta, só estão piorando. Nós vivemos numa cidade extremamente corrupta. Uma cidade que é dominada pela especulação imobiliária. E os políticos da cidade, com raras exceções – e a Vereadora é uma delas –, eles estão a serviço de interesses econômicos predatórios. É assim que funciona.

Então, nós estamos vendo o desmonte dos órgãos de preservação; os órgãos de preservação estão esvaziados, não cumprem mais a sua função há muito tempo. O Plano Diretor de 2014, por exemplo, que tinha um rótulo progressista, na verdade entregou a cidade de bandeja para a especulação imobiliária.

E o que a gente está vendo em Pinheiros e em outros bairros, em quase toda a cidade, é uma decorrência desse Plano Diretor de 2014, supostamente progressista, onde os moradores, o Bairro de Pinheiros está sendo massacrado, os moradores e comerciantes tradicionais de Pinheiros, da Penha, e de vários outros bairros estão sendo expulsos de seus lugares.

Então, é assim que está funcionando. E essa é a lógica da cidade, destruição, corrupção, mas de qualquer forma eu tenho esperança ainda, nós estamos vendo esta Casa lotada, essa sala lotada, e nós não temos alternativa a não ser resistir, mesmo sendo minoria. E

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 45 DE 57

eu tenho muita confiança de que pelo menos nessa luta das Vilas do Sol nós seremos vitoriosos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Jorge. Enquanto a gente escuta o Ernesto, vou pedir para o João Moreirão vir para esse microfone, por favor.

O SR. ERNESTO MAEDA – Boa noite, senhores e senhoras. Parabéns, Vereadora, os palestrantes, eu sou Ernesto Maeda, sou professor, sociólogo, sou do Conselho Participativo Municipal do Butantã, e integro diversos coletivos socioambientais, principalmente da região do Butantã.

Primeira coisa, eu quero dizer que... prestar a nossa solidariedade aos movimentos, aos companheiros do Pró-Pinheiros, nós estamos juntos nessa luta mais uma vez. É um absurdo o que está acontecendo, Sr. Presidente do Conpresp. A gente espera que o Conpresp mude sua posição, tenha sensibilidade para a sociedade, para a questão da memória, não é uma questão menor. Já vi diversas situações, eu mesmo cresci em São Paulo, mas morei muitos anos fora, e voltando para São Paulo, para Pinheiros, eu cheguei depois de muitos anos no Largo da Batata. E eu fiquei parado um tempo para tentar localizar onde eu estava, porque mudou totalmente, eu tentei me localizar na minha memória. Na primeira vez, quando cheguei em São Paulo, em 64, eu lembro do trilho dos bondes ainda, no Largo de Pinheiros.

Então, a memória faz parte da nossa história. Não é que a gente é contra o desenvolvimento, mas a questão do planejamento urbano tem que considerar a história, a vida das pessoas e a vida em si da cidade, do meio ambiente. O que está acontecendo com a Vila do Sol, como já foi dito, está acontecendo em toda a cidade. Infelizmente, a cidade está na mão do interesse imobiliário, os grandes interesses econômicos. E só vejo uma saída, a saída é a sociedade se organizar.

Eu fico muito contente de ter muitos jovens aqui, a gente conversa, nós que já somos parceiros de vários movimentos, a gente vê muito cabelo branco. E aí fico muito contente mesmo de estar vendo a juventude participando. E espero que vocês continuem essa luta, hoje cedo mesmo, eu passei em uma escola para levar o jornal do Nova Raposo Não, e aí o Diretor lá que

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 46 DE 57

é parceiro nosso, Giordano Bruno, ele apresentou uns jovens, crianças do 9º ano, que vão fazer uma pesquisa sobre a Nova Raposo.

Então, é preciso investir na juventude, é preciso investir na sociedade. E é preciso não perder a capacidade de indignação. Muitas vezes, por esse excesso de tratamento absurdo que a gente vive, nós estamos perdendo a capacidade de indignação. Nós não podemos perder a capacidade de indignação.

Então, estamos juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Vou reforçar então o que a gente combinou, três minutos. Enquanto a gente escuta o João Moreirão, vou pedir para a Laurita Sales, do Pró-Pinheiros, CPM Pinheiros, vir para cá, por favor.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Boa noite, obrigado, Vereadora, parabéns por esta iniciativa. Eu estava ali ouvindo gente especialista, gente que está vivendo a realidade e vi uma coisa interessante na qual eu venho pensando, que tem que ter paridade entre a sociedade civil e o Governo no Conpresp.

Agora, vejam bem, não era o Governo que deveria defender a sociedade civil? Nós precisamos de ter paridade, porque estamos enfrentando um inimigo. Mas, infelizmente é isso. Nós precisamos ter paridade, porque o Governo é inimigo da sociedade, amigo de quem? Já tivemos aqui várias observações. Essa é a realidade.

E é por isso que quando vem a incorporadora, destrói, vai destruindo as Vilas do Sol. E como já foi dito, patrimônio histórico, não é apenas a igreja, essas coisas. Uma coisa que mais me impressiona, em São Paulo, é que a gente mora, a maioria da população não, mas uma boa parte da população mora em prédios, com seguranças, com arame farpado, agora com as tais das câmeras, tem até na rua. Aí o cara sai de carro com os vidros fechados e atravessa território inimigo para ir para o shopping. Não vive mais, a cidade perdeu a razão pela qual a humanidade as inventou, que era a proteção e o convívio. Hoje a gente vive atravessando território inimigo na cidade, essa é a realidade.

Agora, sabe onde não tem isso? Não tem nas vilas. Nas vilas você convive de porta

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 47 DE 57

aberta. Infelizmente, apesar da baixa qualidade, mas felizmente, nos bairros mais longe, onde predominam as casas, os sobradinhos, ainda tem isso. Onde tem comércio de rua ainda tem isso. Então, eu garanto, se eu perguntar aqui quem sabe o nome do vizinho do apartamento ao lado, a maioria não sabe. Mas quem mora em bairro com sobradinho e com comércio de rua sabe dizer até o nome do dono da banca de jornal. Isso é vida social.

E isso o Governo de São Paulo e uma parte da Câmara, infelizmente, apesar do grande esforço e excelentes Vereadores, e os órgãos de preservação estão destruindo. Por isso nós precisamos da paridade, que é para poder travar essa guerra. Aqueles que deveriam defender São Paulo são os nossos inimigos. E esse é o problema.

Então, eu quero trazer essa questão, as vilas, eu gostaria de morar em uma vila, mas todas as vilas onde vejo a possibilidade de morar, eu olho e fico calculando em quanto tempo ela será destruída para ter prédio. Aí não compensa, deixa eu ficar no prédio onde estou, porque os meus vizinhos eu já conheci.

Então, essa é a questão, eu gostaria muito. Eu conheço gente mais velha que não aceitava morar em um ambiente que não fosse vila, exatamente por isso. Os filhos brincavam na rua dentro da vila, com os amiguinhos da mesma idade. Bota os moleques fora do prédio na calçada agora, entendeu? Então, esse é o problema.

Nós estamos, para encerrar, morando numa cidade que nega a razão de ser da cidade. E por isso mesmo, apesar do crescimento econômico, a população vem diminuindo e não crescendo. A população de São Paulo está diminuindo de acordo com o IBGE. Por quê? Porque nós moramos em território inimigo, esse é o problema. E os órgãos públicos que deviam nos ajudar a preservar essa qualidade de vida vão transformando cada vez o território mais inimigo da sociedade.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Enquanto a gente escuta a Laurita Sales, do Pró-Pinheiros e do Conselho Participativo Municipal Pinheiros nesse microfone, vou chamar o Davi da Costa, que é estudante, para este lado, por favor.

A SRA. LAURITA SALES – Boa tarde a todos, os que estão de forma híbrida, à

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 52

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 48 DE 57

Mesa e ao público. Estou aqui falando em várias condições, sou do Movimento Pró-Pinheiros, sou CPM de Pinheiros e moradora há muitos anos de Pinheiros e das Vilas do Sol.

Isso posto, eu primeiro quero lembrar que num estudo muito bem feito, preliminar, feito pelo DPH, as vilas e as Vilas do Sol em particular, foi solicitado que seja um tombamento de ambiência. Portanto, não se trata de tombamento de imóveis, mas da preservação de uma determinada formação urbanística, que envolve a história das vilas de São Paulo.

Eu, aliás, estou me dispondo a levar a todos os membros do Conpresp, um estudo, uma dissertação de um mestrado feito na Universidade Presbiteriana Mackenzie, sobre a preciosidade das vilas de São Paulo, inclusive, as de Pinheiros. Essa é a primeira coisa.

A segunda coisa a dizer é que me parece, até onde eu entendo, que o Conpresp não tem nada a ver com zoneamento. Que eu saiba, zoneamento é uma atribuição que não tem nada a ver com o que se fala preservação. Então, é uma outra legislação que envolve um estudo, inclusive, técnico, se há a pertinência de preservação. Pode ser feito em qualquer zona de São Paulo, não tem nada a ver com zoneamento. A questão de zoneamento são interesses que envolvem que não haja preservação. Então, a questão é essa.

Segundo, gostaria de lembrar também que eu li os pareceres a respeito das Vilas do Sol. E não posso acreditar e venho dizer aqui que eu li o parecer do Sr. Relator, e da Sra. Diretora do DPH, que eles achavam que tinha que considerar que os prédios, a palavra não é essa, mas é o que está escrito lá, eles vão dar mais verba e finanças para a Prefeitura. Me parece que isso é totalmente despropositado, portanto, é mais uma razão, e os outros membros aprovaram um despropósito desse, porque não se trata de dinheiro. O que se trata é julgar a pertinência da preservação de uma determinada formação urbana. E é isso que compete ao Conpresp. Não compete ao Conpresp falar de grana, porque é isso que está em jogo nessa história, é a força da grana destruindo coisas belas.

Falei várias vezes, em várias audiências eu estive. Sou uma das pessoas que consegui que fosse ZPE e não só lá. É importante então entender que essa cidade tem a possibilidade das suas configurações diversas serem tratadas. E é isso que compete ao

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 49 DE 57

Conpresp fazer. O resto, para mim, é uma coisa séria que deve ser investigada, porque falar de grana e não de competência do que se trata de preservar ou não, isso é trato de formação urbana e não imóvel, mas imóvel que dá grana. Desculpe me expressar dessa maneira, mas não posso aceitar.

Eu agradeço imensamente e acho importante então, peço ao senhor, eu vou mandar para vocês esse estudo do Mackenzie, para todos, que vocês possam conhecer, entender melhor a questão das vilas, o que significam as vilas de Pinheiros, as Vilas do Sol. E que possamos ter uma consideração adequada por parte do Conpresp.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Vou passar a palavra para o Davi da Costa, estudante. E vou chamar para o microfone o Carlos Beuteu. Não quer, vai pular. Então, vou chamar para o microfone da minha esquerda a Rosalia Larrubia.

O SR. DAVI DA COSTA – Boa noite a todos e todas. Meu nome é Davi, eu sou estudante da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e fico até com vergonha de chegar aqui depois de todos esses ótimos pronunciamentos de todos os palestrantes anteriores.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Não fica com vergonha que você é muito bem-vindo.

O SR. DAVI DA COSTA – Muito obrigado. Mas, enfim, eu venho talvez apresentar uma visão um pouco mais diferente para o nosso debate. Uma perspectiva mais de um proprietário de um bem tombado, porque sou um morador e também representante de alguns moradores de um perímetro já tombado, inclusive, recentemente na região do Bairro Paraíso, chamado de Mancha dos Bombeiros.

E antes de mais nada, eu gostaria primeiro de me desculpar com o Presidente Ricardo Ferrari, porque em uma das reuniões a respeito desse tema meu pai compareceu e acho que deu umas bordoadas que... então, em relação a isso acho que fica um débito, mas desculpa.

Enfim, começando, do ponto de vista como proprietário, primeiro, eu queria levantar a questão dos benefícios oferecidos para os proprietários dos bens tombados. Aqui foi falado da

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 50 DE 57

questão da isenção do IPTU e da Transferência do Potencial Construtivo. Só que a questão, por exemplo, da isenção do IPTU, ele é relativo somente a imóveis presentes no Centro de São Paulo, ele não se estende para outros imóveis tombados dessa região. Então, mostra uma violação da isonomia no sentido do beneficiamento da norma em relação aos diversos proprietários de bens tombados.

Também há a questão da transferência do potencial construtivo. Tentei procurar a fundo, talvez não tenha tido um bom desempenho, mas, pelo que eu vi, é um trâmite muito complicado, que demanda para o próprio proprietário do bem tombado a busca por engenheiros e arquitetos para ver a questão do bem tombado e poder botar esse incentivo, esse benefício no mercado, para poder ter esse ressarcimento da restrição de direito a ele colocado. Então, acho que a questão dos benefícios dados aos proprietários dos bens tombados também seria cabível de alguma revisão.

Agora, também falando sobre foi a questão da participação popular - que aqui foi reconhecida como sendo de muita relevância, muito importante -, me incomoda também um pouco a questão de haver uma resolução interna no Conpresp, se não me engano a Resolução 12, de 1996, que fala sobre dispensa de notificação individual dos proprietários em questões de processo de tombamento em perímetro urbano. Nesse sentido, é feita a notificação por edital, e eu gostaria de questionar por quê. Acho difícil alguém aqui sempre conferir o edital, a não ser que seja vinculado a uma profissão jurídica. Por exemplo, meu pai tem 85 anos e minha mãe, que veio do Sul da Bahia, não tem suficiente formação acadêmica, por isso tem dificuldade. A notificação por edital nesse sentido vem justamente como uma violação do direito do contraditório e do direito de ampla defesa nos processos de tombamento. Por isso, acho que também caberia uma revisão legislativa dessa norma. (Palmas)

Por fim, falando um pouco sobre a questão da qualidade da preservação dos bens tombados que temos em São Paulo, algo que me incomoda muito é andar pela cidade, ver bens tombados - inclusive eu confirmei, para não ter dúvida, pelo GeoSampa se eles estão realmente tombados -, muitos deles em situação deplorável, deteriorados, pichados. Isso me incomoda

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 51 DE 57

muito, pois você impõe esse instituto, e provavelmente um proprietário está tendo seu direito restringido também, temos que levar isso em consideração. Há todas as onerosidades, há essa dificuldade de incentivos e ainda a questão de os bens não estarem sendo conservados, protegidos. A isso caberia também uma atenção maior, talvez uma fiscalização, e eu diria até talvez no âmbito penal. Eu sei que isso não é de competência do âmbito municipal, mas seria importante levar adiante um discurso de proteções maiores para a questão dos bens tombados. Bem, é isso. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada, Davi.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA – Davi, em que ano você está? (Pausa)

Quarto ano. Se você quiser a vaga de estágio, estou te esperando lá no Conpresp.

A SRA. ROSALIA LARRUBIA – Meu nome é Rosalia. Eu não moro em Pinheiros, eu moro na Aclimação, sou do Coletivo Jurubatuba-Mirim, mas vim prestar minha solidariedade ao Pró-Pinheiros e ao Vilas do Sol. Eu estava na audiência quando houve o arquivamento do tombamento das casinhas - 10 ou 9 casas, não lembro mais quantas – e confesso que achei bem estranho. Eu não sou da área, mas confesso que achei estranho. Primeiro, por que o proprietário precisa concordar ou não com o tombamento, se o tombamento está querendo preservar algo que é para sociedade? Eu não tenho que concordar ou não se minha casa vai ser desapropriada. (Palmas) Não sei, essa foi uma dúvida que surgiu.

A segunda dúvida que surgiu - que a Laurita lembrou – foi a seguinte: uma das conselheiras disse ao microfone: “Não, mas nós temos que considerar também o IPTU”. Como assim? Eu não entendi. Como eu tenho que considerar o recolhimento do IPTU? Ou seja: na minha cabeça, um prédio – desculpem - mastrodôntico, esses prédios estão enfeando a cidade, destruindo a cidade, são desproporcionais ao entorno e à cidade. (Palmas) Nós estamos transformando a cidade, e isso não vai ter volta. Um prédio que tem não sei quantos mil apartamentos vai dar mais IPTU do que uma casinha. Tudo bem. Mas, gente, é só isso a vida? A vida é isso?

Não existe diferença entre as pessoas. Há pessoas que precisam morar em

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 52 DE 57

apartamentos, há outras que não podem entrar num elevador. Há outras que precisam morar em casa, que precisam ter a convivência, que precisam sair na porta e ver o vizinho, ter árvores etc. Isso não pode mais ter em São Paulo? Agora é só prédio? O tombamento da ambiência é uma coisa necessária agora em São Paulo, porque as estão virando minorias. (Palmas)

E essa história de São Paulo crescer: crescer para onde? Só para cima, não é? Sempre pergunto: haverá bombeiros suficientes se for preciso apagar um incêndio? Enel: tem como dar energia suficiente para tudo quanto é prédio que está sendo construído? Drenagem e esgoto: as ruas estão afundando. O pessoal fala: “Não, tem que compactar”. Compactar o quê? Tem que ver a drenagem, como é que está e se o esgoto aguenta. Crescer para onde? A gente sai de um quarteirão para ir para outro e, se for de carro, demora mais do que andar 20 km a pé. Crescer para onde?

Se vocês verificarem, no ar no aplicativo do celular, como que está nos dias quentes, não úmidos e secos, vão ver que está com quantidade de ozônio acima do aceitável, está sempre acima do aceitável. Isso é inflamatório, isso mata. Então, chega, gente! É tão pouquinho o que a gente quer preservar, são migalhas. Aquela vila é uma migalhinha perto de Pinheiros todo, e as outras casas também. Por quê? Por que fazer isso com as pessoas? As pessoas são diferentes. Aquelas pessoas, e a cidade, precisam das vilas. Era isso o que eu tinha para dizer. Muito obrigada. Boa noite. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – O Nabil decolou, pousou e veio até aqui para as pessoas não falarem que a gente não trabalha – não é, Vereador Nabil? Pode vir para a Mesa, por favor. (Palmas)

Temos sete minutos até acabar. A Raquel pediu a palavra. Na verdade, eu ofereci, ela falou que gostaria, e eu acho bom, assim como a Marjorie. Eu vou falar um pouquinho dos encaminhamentos que pensamos, passamos só um pouquinho, mas vou pedir para sermos bem focados. Raquel Schenkman, Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

A SRA. RAQUEL FURTADO SCHENKMAN CONTIER – Serei bem breve, mas surgiu, justamente no final, outra situação, a das questões a que o tombamento leva e a desses

incentivos. Acho que existe muito o receio, por parte dos proprietários e do mercado, do instrumento do tombamento - que não é um congelamento -, pela dificuldade e pelos benefícios. Então, esse é outro trabalho, que surge no DPH e no Conpresp, que precisa ser feito para se desmistificar isso.

Para mim, está claro que se justificaria o tombamento do Vilas do Sol como uma estrutura de ambiente, como uma zona predominantemente residencial, com moradores que têm interesse. Mas existe o fato de essas áreas em que assistimos os pedidos de tombamento serem áreas muito pequenas em relação a todo o espaço que existe para crescimento. Existe espaço para verticalização e existe espaço para preservação. E quero até cumprimentar, em solidariedade, o Presidente do Conpresp, Ricardo Ferrari, pois também já fui Presidente do Congresso. Como o próprio Ricardo falou, ele é um dos conselheiros, e há também um conselheiro relator, há uma diretoria do DPH – que, infelizmente, não está representada nesta Mesa -, que também tem responsabilidade.

Inclusive o Conpresp não é hierarquicamente superior ao Departamento de Patrimônio Histórico; este tem um trabalho de emitir de pareceres técnicos, que está precisando de espaço para ser feito e também pode pensar nesses benefícios e instrumentos para que gente dê valor e reconhecimento.

Então, eventos como a Jornada do Patrimônio fazem com que a sociedade como um todo valorize esse tema, porque, quando da demolição das casas da vila da Rua João Migliari, no Tatuapé, os moradores do bairro achavam que a vila já era tombada, porque era inteiramente preservada, porém alugada e ocupada. De repente, de um dia para outro, os imóveis foram vendidos.

Então, também existe esse outro lado, tão ou mais importante, para que consigamos trabalhar juntos pela preservação da cidade, que representam os instrumentos e os processos de valorização do patrimônio existente, e que é possível sim preservar esse patrimônio junto.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Obrigada.

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 54 DE 57

Sra. Marjorie, um minuto, pode ser? Porque os alunos também querem falar e queremos escutar.

A SRA. MARIANA CHIESA GOUVEIA NASCIMENTO - Eu gostaria de agradecer porque como é legítima a vontade de se tombar, isto foi manifestado por vários outros bairros, por várias outras pessoas que o Conpresp leve isso em consideração, que realmente tem essa condição de rever o processo de Vilas do Sol, vários outros processos, também nos mobilizamos para eleger o nobre Vereador Nabil como uma voz, porque nós sabemos que é uma representação forte, verdadeira que vem trabalhando a favor do tombamento.

Ficamos muito felizes de ver esta Casa cheia, de jovens, de pessoas em geral.

A nobre Vereadora Marina resolveu fazer esta audiência em um horário em que as pessoas possam participar. Queremos participar, queremos ser ouvidos, queremos uma cidade boa para viver, para depois morrer e para podermos usufruir, pois a cidade - no caminho que está indo - não vai nos entregar um futuro muito bom. Então, temos que batalhar - todo mundo - para fazer com que as coisas aconteçam.

Muito obrigada. Boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Eu queria agradecer a presença do Daga, que é o Diretório Acadêmico de Gestão Ambiental da USP Leste, que pediu para fazer uma fala. Será a última fala para finalizarmos.

A SRA. AMANDA – Oi, gente, meu nome é Amanda, faço parte do Daga.

A SRA. MELISSA - Meu nome é Melissa.

Somos do Diretório Acadêmico de Gestão Ambiental. Escrevemos uma mensagem hoje representando todos os estudantes de Gestão Ambiental que vieram hoje.

A SRA. AMANDA – Apreciamos hoje a audiência referente à situação do Quadrilátero da Vila do Sol, com destaque, a ameaçada preservação do patrimônio público em todas as suas vertentes: cultural, social, etc, por acaso incentivados pelo professor do curso da disciplina de Direito Ambiental Paulo Almeida.

Mas, independentemente, acabamos por nos deparar com um tema tão relevante e uma situação crítica. Reconhecemos a importância da luta da sociedade tão lindamente mostrada hoje. Apreciamos também o bom trabalho da Mesa. Aprendemos muito e esperamos ter mostrado apoio à causa.

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 55 DE 57

Realmente, gostamos muito de ter participado, foi uma coisa que nos agregou, e é uma experiência compartilhada com pessoas que já fazem parte de movimentos sociais e que puderam nos ensinar muito hoje.

Era isso que gostaríamos de expressar.

O SR. RICARDO FERRARI NOGUEIRA - Amanda, todos os processos do Congresso estão à sua disposição, a sua equipe, aos estudantes para serem estudados, bem como os casos concretos, caso lhes interessarem.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Antes de finalizar, vou passar a palavra para o nobre Vereador Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite. Agora, presencialmente. Fiz questão de passar aqui para ver vocês, de estar em conjunto, apesar de ter mandado aquele vídeo feito no avião.

Eu queria falar duas coisas bem rápido. Um minuto? Terminou o horário?

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Não.

O SR. NABIL BONDUKI – A primeira questão é que acho que tem uma discussão sobre zoneamento, tombamento e preservação que precisa ser melhor discutida porque na verdade, no caso do Vila do Sol, o zoneamento restringiu o gabarito, só que por um estratagema de ter um protocolo, exatamente os imóveis que tinham protocolo foram retirados pelo zoneamento. Eles não poderiam ser incluídos no novo zoneamento, então a única maneira é o tombamento, porque aquilo tem um valor, mas acho que a discussão sobre as Vilas tem que ser feita de maneira ampla. Não podemos fazer uma discussão a cada caso, na reação, temos que ter um trabalho mais estrutural para poder definir o que deve ser tombado, o que deve ser protegido pelo zoneamento, e não precisa ser tombado. Isso é uma questão fundamental que precisa ser debatida. Eu quero dizer... quando falo que o DPH precisa ser mais proativo significa que ele tem que ir atrás das coisas que a sociedade está colocando. E precisa estar mais estruturado para isso. Então, acho que também faz parte do nosso papel aqui pedir. Precisamos ter mais funcionários, precisamos ter um novo concurso de arquiteto e de engenheiro, precisamos ter um concurso, precisamos ter uma carreira de gestor cultural dentro da Secretaria de Cultura, ou seja, precisamos estruturar para que possa dar a resposta, porque se não fica um discurso assim “Não tenho condição de analisar e, portanto, não posso tomar porque eu não posso fazer as análises”. Isso é inadmissível.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 60

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 56 DE 57

E a última coisa que eu queria falar é que tem a ver com o nosso caso aqui da Câmara. Nós, a CMSP, precisamos ter um representante, seja quem for no Conpresp. Isso é fundamental. Vamos batalhar por isso, como falei no meu vídeo. Por quê? Porque a Câmara que está em diálogo com toda a sociedade. Quem representa? ... Porque a OAB é importante, mas OAB é um órgão profissional. O Crea também. Não tem nenhum representante da sociedade. O representante, na verdade, podia até não ser um Vereador, mas um Vereador eleito pelos seus pares, como está ele de alguma maneira.... É isso que estamos fazendo aqui, e normalmente os representantes da Câmara no Conpresp nunca prestaram contas do que fizeram e nunca fizeram um debate, por exemplo, como um debate desse que temos obrigação de fazer.

Então, quero reforçar a necessidade de que levemos adiante esta questão, porque não tem sentido a Câmara não ter um representante. E, no fundo, aqueles todos que estão participando dos processos de debate na Câmara acabam também não tendo representação.

Parabéns à nobre Vereadora Marina por ter proposto esta audiência pública, e à Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente por ter realizado.

Eu não sei se outro Vereador veio, mas isso é lamentável também.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – ..., mas é lamentável que a nossa Comissão tenha seis membros, sete membros e não tenha havido nenhum outro.

Claro, alguns podem ter justificativa, como eu mesmo justifiquei, mas seria muito importante todos os Vereadores participarem.

Obrigado. E estamos nessa briga.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Bragante) – Correndo contra o tempo, queria só falar que nós tínhamos pensado em começar essa audiência lendo um texto do Dráuzio Varella sobre o Brás, porque entendemos que a arte também nos ajuda a nos conectarmos de outras formas com a realidade e com a discussão que trouxemos aqui. Então, recomendo o livro e o texto do Dráuzio.

Acho que uma das coisas que temos como desafio na Casa é encontrar novos caminhos para os desafios que a cidade já tem, mas somados a estes novos desafios como a emergência climática, como a inteligência artificial que faz de nós cada vez mais seres humanos solitários. E, quando propusemos de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 61

REUNIÃO: 21109 DATA: 13/05/2025 FL: 57 DE 57

pensar a cidade a partir do Quadrilátero Vilas do Sol, de reforçar a importância e a relevância do tecido social, é justamente nesse sentido de que precisamos olhar para a cidade, entender os desafios que estão postos e garantir que continuemos tendo uma cidade humanizada, que olha para os humanos e cuida deles, e também cuida e preserva o meio ambiente.

Queria colocar, então, o meu mandato à disposição para seguir nessa luta.

Quero agradecer imensamente à minha equipe que está ali do lado, que nos ajudou, o Choque. Obrigada; A equipe da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente que está desse lado, também deu todo o apoio necessário.

Tínhamos pensado como encaminhamento propor na Comissão que pudéssemos ter um GT para pensar uma política municipal de patrimônio que fossem Poder Legislativo, Poder Executivo e sociedade civil, e organizarmos isso para encaminhar, porque acho que essa é uma discussão que se mostrou relevante. Tem muitos presentes, não é comum ver esta Casa tão lotada até essa hora, portanto, para mim, isso significa que a cidade está interessada em discutir.

Agradeço mais uma vez aos estudantes, é muito bom ter vocês aqui, muito mesmo. Parabéns!

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente

Tenham todos uma boa noite.